



# PORTUGAL DEMOCRATICO

Redação: Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2 ANO IV — Nº. 36 — SÃO PAULO, MAIO DE 1960 — Cr\$ 5,00 Caixa Postal 4.469

## Os dois cadáveres

Noticiaram os jornais a 2 de abril, em telegrama da AFP, que "as investigações para identificação de um cadáver descoberto anteontem na praia do Guincho, perto de Lisboa, permitem suspeitar de que se trata do capitão Almeida Santos, um dos evadidos da prisão militar de Elvas, em Dezembro último, onde estava encarcerado por actividades políticas contra o regime". Tão sinistro, hipócrita e covarde é o espírito da ditadura salazarista, que até o teor deste telegrama o retrata. É possível que o cadáver seja... Suspeita-se de que seja... Porquê? O cadáver está mutilado, irreconhecível, podre, como o próprio cadáver da Pátria que simboliza? Foi estrangulado, baleado, afogado, atropelado, atirado de uma janela alta, como todos os que "se" estrangularam, balearam, afogaram, atropelaram, atiraram — depois de caídos nas garras da PIDE? Fica-se na dúvida, a dúvida alimentada pela incerteza. Não há responsáveis de coisa alguma, ninguém me responsável de nada... Nada se passou — a não ser a satisfação dada ao registo civil de um óbito, um modesto óbito incerto, que permite enterrar o sujeito em silêncio, um silêncio mais definitivo que uma desapareição inexplicável.

Isto é Salazar inteiro, isto é Portugal ensanguentado e trágico, que nem sequer nos cobre de vergonha com a sua atrocidade, porque permite (suspeitar...) todas as complacências, todas as complicitades, todas as mesuras da diplomacia covarde e interesseira. NEM SEQUER podemos ter vergonha disto, aos olhos do mundo, porque o mundo a não tem, antes de nós, de pactuar com os crimes de Salazar. Que cadáver submisso! Que cadáver silencioso! Quantos meses levou a percorrer a escassa largura de Portugal, desde Elvas até àquele Atlântico que é o mesmo que banha as costas do Brasil! Numa praia deserta, aparece o cadáver hipotético de um homem que foi um dos chefes militares do 12 de Março. Cadáver que poderia ser o de qualquer outro da enorme quantidade de civis e militares, de todas as opiniões políticas, que tentaram o "12 de Março" com uma extensão e uma profundidade que o Estado Novo teme esclarecer! Fazer aparecer o seu cadáver é mostrar a sorte que poderia ser a de cada um, mas é também roubar à vítima e aos outros o galardão do martírio, do sacrifício, do escândalo nacional e mundial, a que não resistiria um governo de assassinos mais vis que a vileza, porque nem mesmo têm a ombridade de estadeir a sua profissão verdadeira.

Onde está o "glorioso Exército português"? Porque o capitão Almeida Santos era um dos seus membros mais brilhantes. Onde está a consciência dos pais de família? Porque o capitão Almeida Santos era um pai de família. Onde está o povo português? Porque o capitão Almeida Santos era um português. Onde está Portugal?

Tu, Salazar, nunca fizeste serviço militar. Nunca foste — que tenhas tido a dignidade de o confessar — pai de família. Nunca foste português, porque os portugueses sempre se vangloriaram de tudo, até dos crimes. Mas serás um cadáver, há-de ser um cadáver, terás de ser um cadáver. Não um cadáver hipotético — como o da Pátria ensanguentada — abandonado, tão ocasionalmente, numa praia deserta. Mas um cadáver — consola-te — que não terá tempo de apodrecer, como o da Pátria em trinta anos de governo teu. Um cadáver que a terra portuguesa se recusará a comer. Um cadáver que os mares de Portugal — e todos são — se recusarão a engolir.

"PORTUGAL DEMOCRATICO" concita a consciência do mundo a que compare e escolha — entre o cadáver hipotético do Cap. Almeida Santos, um homem de bem que tentou honestamente salvar a sua Pátria, e o cadáver inadiável do tirano, um homem de mal que tenta cavilosamente destruí-la consigo. "PORTUGAL DEMOCRATICO" pergunta de uma vez para sempre ao glorioso Exército português: a qual dos cadáveres ele a eba que deve honras militares?

**PORTUGAL DEMOCRATICO**



(Desenho que circula clandestinamente em Portugal)

## Homenagem ao Dr. Jaime Cortesão

O "COMITÊ DOS INTELLECTUAIS E ARTISTAS PORTUGUESES PRÓ-LIBERDADE DE EXPRESSÃO" enviou ao ilustre historiador e grande democrata, sr. dr. Jaime Cortesão, na oportunidade do seu meio século de ação literária, a seguinte mensagem de saudação:

"Quando se cumprem cinquenta anos de actividade literária de V. Exa., personalidade ilustre que seus pares e camaradas consagraram elegeo-o presidente da "Sociedade Portuguesa de Escritores", os intelectuais portugueses residentes no Brasil, aproveitando a oportunidade do 76.º aniversário de V. Exa., saudam respeitosamente um dos homens que, com o prestígio da sua personalidade e do seu saber, mais contribuíram para tornar autênticos, reais e vivos os laços espirituais das duas Pátrias irmãs. Mas, para os signatários, V. Exa. é algo mais V. Exa que, no Brasil, recebeu as honras e o respeito devidos ao seu carácter íntegro, ao seu indefectível amor de uma comunidade lusobrasileira entendida na mais alta expressão espiritual e na autenticidade de idénticas tradições de liberdade e tolerância, é, para eles, neste momento, um dos símbolos da generosa hospitalidade do Brasil que os acolheu, como a V. Exa. acolhera, dando-lhes os meios de amar Portugal como a Pátria merece ser amada, e de contribuírem assim, eficazmente, como V. Exa. contribuiu, para que a esperança no futuro da nossa Pátria não seja uma palavra vã. Os trabalhos de V. Exa. são um dos melhores contributos deste século para o patriotismo português. A vida de V. Exa. — juventude que se prolongará — é, nos votos dos signatários, uma das garantias actuais desse patriotismo.

Queira V. Exa., com esses votos, aceitar os nossos mais respeitosos e afectuosos cumprimentos.

O "Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão",

(aa) Adolfo Casais Monteiro (escritor), Alfredo Pereira Gomes (professor universitário), Armindo Blanco (jornalista), Carlos Cruz (engenheiro), Carneiro Franco (ex-deputado), Fernando Correia da Silva (escritor), Fernando Lemos (pintor), Francisco Lopes (industrial), Francisco Sarmiento Pimentel (oficial do Exército), João Alves das Neves (jornalista), João Sarmiento Pimentel (oficial do Exército), Joaquim Ferrer (escritor), Jorge Fidelino de Figueiredo (engenheiro), Jorge de Sena (professor universitário), Maria Archer (escritora), Paulo de Castro (jornalista), Ricca Gonçalves (engenheiro), Santos Baleizão (engenheiro), Vítor Ramos (professor universitário), Toga Machado (ex-governador) e Zaluar Nunes (professor universitário).

A esta saudação associaram-se ainda inúmeros portugueses residentes no Brasil, entre os quais destacamos os nomes dos srs. Ricardo Seabra, António Amorim, Tito de Miranda, Alamiro de Andrade, Salvato Feijó, Jorge Fernandes de Carvalho, Henrique Pereira Santo.

## Falência económica do Governo Português

por MANUEL SERTÓRIO

Nos dias 10 e 11 de Fevereiro o ministro da Economia, eng. Ferreira Dias, fez no Secretariado Nacional de Informação uma exposição sobre a evolução da economia do país, que, se a imprensa não jazesse sob a mais férrea censura, teria sido, com certeza, sujeita ao vivo debate implicado pela extraordinária gravidade das revelações efectuadas.

Com efeito, confessou o ministro que o relativo equilíbrio da balança de pagamentos só tem sido possível mediante o sistema de economia protegida, desenvolvido pelo governo, apesar da proclamada hegemonia da livre iniciativa. Com a subscrição do acordo de Estocolmo, a que, segundo o ministro, Portugal não podia eximir-se, termina aquilo que despidoradamente caracterizou como de "defesa de uma economia atrozada, que obriga a situações discriminatórias". Preocupando-se com a "delicadeza da situação", confessou também que, "tendo-nos afastado do que tem sido regra pela Europa", no que respeita à energia eléctrica, "faltou ainda servir cerca de 1 700 sedes de freguezias (sem falar nas outras localidades) e o ritmo actual exigiria 12 ou 13 anos para que todas essas sedes dispusessem de energia".

Declarou ainda o ministro que as suas preocupações eram mais graves do que havia imaginado há um ano, pois queria fugir à "intervenção excessiva do Estado na reorganização industrial, tentando aquilo que já havia sido classificado de "reforma feita pelos industriais com a catálise do Estado". "Infelizmente (acrescentou) ou o catalisador não é bom ou os reagentes estão adulterados, porque a reacção não se dá como fora prevista": os industriais não se mostram dispostos a acompanhar o governo na sua política económica. E terminou: "O essencial é sobreviver; com desafogo, se possível"

Esta é a última prova oficiosa, e já desnecessária, da completa falência do corporativismo português, debatendo-se com as desvantagens, simultaneamente, da livre iniciativa e da intervenção estatal na vida económica sem alcançar as vantagens nem de uma nem de outra, pois que os organismos corporativos só têm servido para subordinar os pequenos e médios comerciantes e industriais à vontade todo poderosa dos monopolistas, que dirigem esses organismos, impedindo que a intervenção do Estado se realize em sentido contrário ao dos Interesses do grande capital.

Os altos funcionários do Estado não se atrevem, aliás, a trazer para o exercício dos seus cargos quaisquer programas ou idéias concretas. Ainda há pouco o subsecretário de Estado da Indústria, Vargas Moniz, ao tomar posse do seu lugar ministerial, apresentou, segundo a imprensa de Lisboa, o seguinte "programa": — "Trago, para cumprir, devotadamente, um programa bem definido que não comporta nem reticências nem transigências: 1.º Seri fiel ao chefe do Estado; 2.º Seri fiel ao chefe da revolução nacional; 3.º colaborar fidelissimamente com V. Exa., sr. Ministro da Economia, na execução da política ministerial que V. Exa. definiu". (...)

Com esta demonstração cabal de mero servilismo e insuficiência mental e aquela desencantada afirmação do ministro da Economia de que "o essencial é sobreviver", fica posta a nu a impossibilidade confessa do governo português de dar solução aos problemas do seu povo.

Politicamente, parece que o "programa" do governo continua sendo aquele proclamado por Oliveira Salazar no seu último discurso: — "Aguentar, aguentar"... enquanto o povo o agente a êle.

## Fundado em Paris o «Comité Pró-Defesa das Liberdades em Portugal»

Com o pedido de divulgação em "Portugal Democrático" e exprimindo, por nosso intermédio, "a todos os democratas portugueses espalhados pelo mundo o mais ardente desejo de UNIDADE para a próxima libertação da nossa Pátria do jugo do fascismo", recebemos da Capital francesa a comunicação de que acaba de ser fundado em Paris o "COMITÊ PARA A DEFESA DAS LIBERDADES EM PORTUGAL", constituído pelos srs. Professor Doutor Manuel Valadares, prof. dr. E. Guerreiro, António Louro e Tomaz Ferreira Rato.

O referido "Comité", que iniciou as suas actividades em 3 de abril corrente, procurará alcançar os seguintes objetivos:

- a) Denúncia, constante, do regime de opressão existente em Portugal, pela imprensa, pela rádio, por comícios, etc.;
- b) Organização de conferências e manifestações de unidade entre

a emigração portuguesa, contra Salazar e o fascismo português;

c) Estabelecimento de relações entre todas as emigrações portuguesas que lutam pelas liberdades em Portugal, procurando, ao mesmo tempo, uma coordenação das actividades;

d) Denúncia das actividades terroristas isoladas, como método, e que prejudiquem a luta pelo restabelecimento das liberdades em Portugal;

e) Publicação periódica de um boletim de informação.

Quer o jornal "Portugal Democrático", quer o "Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão", órgãos da resistência dos portugueses Democratas do Brasil e, desde sempre, defensores da unidade antissalazarista, saudam o novo órgão e oferecem-lhe decidida e constante colaboração na luta unida contra o fascismo.

## HOMENAGEM A ALVARO LINS

O "CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS", O "COMITÊ DOS INTELLECTUAIS E ARTISTAS PORTUGUESES PRÓ-LIBERDADE DE EXPRESSÃO" e o jornal "PORTUGAL DEMOCRATICO" convidam os seus associados, membros e assinantes a participarem do banquete de homenagem ao Embaixador dr. Alvaro Lins, o qual se realiza às 20 h 30 do dia 5 de maio, no restaurante do Palácio Mauá, em São Paulo.



# MIGUEL TORGA PROIBIDO

Telegramas recentes das agências noticiosas informaram que o VIII volume do «Diário» (1) de Miguel Torga fora proibido Acrescentaram a seguir, que o próprio escritor fora preso e pouco depois, libertado. Finalmente, anunciaram que os oficiais da Inquisição salazarista haviam restituído o livro à circulação. Exatamente como nos filmes de «suspense».

Chega, entretanto, ao Brasil esse «Diário» de que a censura lusa não gostou e que por isso apreendeu e liberou. Como não gosta também dos romances de Aquilino Ribeiro ou de Ferreira de Castro, dos ensaios de António Sérgio, dos trabalhos de investigação histórica de Jaime Cortesão, das pinturas, do teatro, da poesia, da crítica e de tudo quanto cheira a cultura, a literatura ou a arte, desde que, bem destacadamente, não se ergam honras no regime e tenham laos à «genialidade» do ditador.

Perante o novo livro de Miguel Torga, lícito será interrogar se se tratará de qualquer obra caracterizadamente política ou de ataque ao governo do sr. Salazar. Mas não é. Muito simples e prosaicamente, o escritor português apresentou ao público mais um livro que tem apenas a particularidade de revelar alguns dos diálogos íntimos em que ele próprio se debate, exprimido dúvidas e anseios, discutindo o que se passa dentro e fora de si, procurando, em suma, exercer a sua dupla missão de escritor e de intelectual que todos, amigos e inimigos, lhe reconhecem. Tão somente Miguel Torga o fez, de novo, pensando e escrevendo sem pedir licença a ninguém — e foi disso que não gostaram os caçadores de bruxas a soldo do inimigo da cultura portuguesa.

Com efeito, é logo na página 11 que o escritor protesta: «Não chego a saber o que estes reacionários pretendem de mim. Saem-me ao caminho, agarram-se, colam-se, e vêm a mim, e quanto mais pressa tenho, mais insistem. Ora como não se trata de qualquer interesse vivo, sincero, profundo, há-de haver uma evasão para o caso. A que vejo, afeição-se-me sinistra: inquisidores que são, os sujeitos devem querer investigar, prescrever, conhecer a última heresia...» Com esta quase introdução os inquisidores se alarmaram, pois, direta ou indiretamente, não mais saíram das páginas do «Diário», sempre que o escritor os encontrou a talhe de foice e deles afirmou o que pensava, como homem que se quer livre, expulsando do seu caminho os que se aparram e colam, iguais a prescridoras aves de rapina.

O dia-a-dia triste dos portugueses e particularmente dos seus escritores continua ao longo das páginas, entrecortado, por vezes, com os diálogos com a gente de toda a espécie que o poeta encontra pela estrada. E é no decurso de uma destas discussões que nos dá opinião sobre os literatos, testemunhando: «(...) Vamos indo que podia ter sido pior. Muito se têm aguentado eles. De resto, veja lá se é capaz de me apontar uma época em que alguns, e dos mais importantes, não vendessem a alma ao diabo. No caso português, pode, no entanto, dizer-se que não houve nenhuns «importantes» que se tivessem vendido ao fascismo. Ao menos no que se refere aos homens excepcionais. Com Salazar, ficou apenas o rebotinho — e é reparar-se na figura que têm feito por aí, como se viu há meses no Colóquio da Bahia, quando os «professores» (dele) se punham de fora, recoscos e espantados logo que se fazia qualquer referência nollítica, ainda que não relacionada à situação portuguesa.

E' interpretando ainda um sentimento tão fundo quanto os melhores anseios dos portugueses que Miguel Torga inscreve no seu livro proibido um poema significativamente rotulado de «Combate», de incentivo e de esperança: «Manhã do mundo que não amanheces! / Tantas poetas a cantar na sombra E nenhuma alvorada se anuncia! / Somos nós mais maus profetas no degredo. Ou és tu, sol da vida, que tens medo De iluminar a nossa profecia?». Como não saber que é assim que cantam os poetas portugueses? E como dizer melhor para que o Mundo escute a voz de Portugal dolorido, acorrentado e asfixiado? Será mais angustiada, é certo, este grito do que sinceras não-de-revelar-se

JOÃO ALVES DAS NEVES

as promessas oficiais da propaganda turístico-política que busca com par intellectualis e artistas, parlamentares e homens influentes; mas esse grito, ninguém o pode duvidar, é o de um Povo inteiro — não o de um grupo que à maioria se impõe pela força, pelo arbitrio e pela fraude.

Aliás é ainda falando de si que Torga continua sendo o testemunho de uma época, quando não o interprete de todos os escritores de seu país, como nestas linhas breves, lacónicas mas dramáticas datadas de Coimbra, 10 de abril de 1956: «Apreensão da Sinfonia. Mas já só me indignei por fora. Por dentro, fiquei na mesma: na desolada e crónica convicção de que eu próprio vivo apreendido há trinta anos. Assim se vive, assim se escreve em Portugal. O escritor, se não o é, publica elogios — e os jornais tentam popularizá-lo e superficialmente o conseguem, comparando aos maiores da estranja, arranjam-lhe encomendas, viagens e empregos chorudos. Mas se o escritor é escritor, se tenta publicar — aí está o depoimento.

Não há, é claro, desmentido a opor às palavras de Miguel Torga, nem tampouco ao comentário que se lhe seguiu. O grande impostor, o deturpador, o que mostra por fora aquilo que não existe por dentro, se o procurarmos, forçosamente o acharemos na pessoa do grão-mestre do fascismo luso. Sem o dizer, Torga no-lo mostra, na passagem breve: «Coimbra, 2 de junho de 1956 — Trinta anos de cultura exposta, para se avallar que cultura e país tem sem saber. Ecce Homo... E cada autor, vestido de púrpura (a coroa de espinhos e a cana verde subentendem-se), nas montanhas do pretório, mostrado aos analfabetos: Creio que também lá estou, mas não com os livros apreendidos, evidentemente. Com esses ninguém está. Seria absurdo. Deus nos livre que numa exposição canina, por exemplo, figurassem exemplares raivosos...». Para complemento se indica que a exposição dos tais «trinta anos de cultura» foi um dos maiores «bluffs» imaginados pelos áulicos de Salazar, começando em Marcelo Caetano e acabando em certos jornalistas venais, para inglês ver, e o norte-americano também...

Da lavagem do cérebro a que foram submetidos alguns, embora as consequências sejam, por vezes, mais de interesses do que involuntárias, estas palavras expressivas do autor de «Bichos»: «Tento, mas não há diálogo possível com esta gente do outro lado da barricada. E por isso que, separadas pelo escritor, as juntamos agora, estourtas palavras que oferecem a imagem terrível, alucinante mas real que se reflecte nesse «espelho deformante do fanatismo»: «Corre-se o país de alto a baixo, e que tristeza de paisagem humana! A raiz da mediocridade nivelou a seara numa pequenez outoniga. Não se ouve uma voz singular no murmúrio colectivo, nenhum grito se sobrepõe ao coaxar monótono do charco. As conversas são ladainhas que um «ora pro nobis» resignado remata ritualmente (...). As montanhas das livrarias lembram açougues, onde o espirito, vencido e resignado, se massacra. O medo é o exigénio da respiração nacional (...). Os próprios incorruptíveis, por simples necessidade de sobrevivência, foram diminuindo de estatura. Clientes de que um passo em falso seria a pura liquidação, a morte, encolheram-se dentro da camisa de forças, de maneira a poderem estrebuchar dentro dela sem grande alarme exterior. Lutam ainda, é certo, e honra lhes seja por isso, mas ao nível de uma cautela de tal modo deformante, que mal se distinguem dos outros nove milhões de pigmeus sem esperanças.

Este panorama sombrio tem a data de 4 de setembro de 1956. Muita água correu, desde então... O «Diário» abre em 7 de outubro de 1955 e fecha pelo Natal de 1959, onde Miguel Torga se vê «Rei Mago que procura e desconhece / O caminho. / Sigo aonde que adivinho / Anunciado / Nessa luz só de luz adivinhada. / Infância humana, humana mudresada». E' também para a luz que, desfeitos os pessimismos e as ilusões, os portugueses caminham, unidos.

(1) Coimbra, janeiro de 1960 (De «O Estado de S. Paulo»)

# O TERROR POLICIAL CONTRA A DEMOCRACIA

## A PIDE MOTORIZADA

Os cachorros da PIDE costumam percorrer Portugal, de ponta a ponta, em suas sinistras viaturas pretas. Mas, como seria de esperar, também utilizam carros «particulares», para ver se conseguem disfarçar suas hediondas atividades.

Indicaremos hoje algumas dessas viaturas que tem sido utilizadas com maior frequência para rusgas domiciliarias e espancamento dos patriotas detidos, tal a sofreguidão de massacrá-los ainda antes de chegarem às masmorras salazaristas.

Essas viaturas «particulares» são as seguintes:

- GA 21-38 Dodge
- AG 17-89 Studebaker
- BD 26-26 Fiat 1100
- FL 17-95 Citroen
- CA 16-60 Citroen
- LD 14-50 Opel
- MN 14-67 Volkswagen
- LL 49-93 motocicleta
- IH 16-21 motocicleta

## RECORDAI ESTES NOMES

Chamamos a atenção dos nossos leitores para a nova secção de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, publicada neste numero, constituída pela lista de quadros da PIDE.

O novo comandante dessa «patriótica» organização, substituindo o sinistro Neves Graça, é o Tenente-Coronel Homero de Oliveira Matos, que era, quando da nomeação para o novo cargo, comandante do 3.º Batalhão da GNR (Guarda Nacional Republicana) sediado em Evora. O tenente-coronel Matos prestou anteriormente serviço no Regimento de Cavalaria 3 e no Regimento de Cavalaria 5 e ainda na Escola Prática de Cavalaria, em Torres Novas. Era all conhecido pela alcunha de «O Retretes» porque tinha a mania fixa de fazer a «Descida das Retretes», à frente da tropa sob seu comando. Tem esse nome a ladeira, muito íngreme, que vai dos urinóis da Escola Prática para o campo de saltos. Agora será o «Retretes» do Canil da PIDE ou seja, como dizem os ingleses, «The right man in the right place».

## O TERROR NA ILHA DA MADEIRA

Foi preso, tendo sido logo barbaramente agredido pelos agentes da PIDE, na cidade do Funchal, o democrata Dr. João de Brito da Camara, advogado. O dr. Brito da Camara é destacado opositorista da Ilha da Madeira, tendo sido um dos fundadores do MUD nessa ilha e um dos mais ativos propagandistas de Norton de Matos à presidência da Republica.

A PIDE prendeu, juntamente com o dr. Brito da Camara, um grupo de democratas que, como ele, também se haviam salientado durante a campanha eleitoral de Humberto Delgado em 1958.

## O TERROR EM LISBOA

A PIDE prendeu, acusando-as de propaganda subversiva, as senhoras Luiza da Conceição, de 61 anos de idade, e sua filha Aida da Conceição, de 40 anos de idade, submetendo-as a torturas e vexames de toda especie.

E' interessante notar o exemplo de solidariedade humana dado pela «Union Nacional de Mujeres» da Venezuela, que alertada do fato por elementos da Junta Patriótica Portuguesa, de Caracas, lavrou um veemente protesto contra essas prisões e pediu para ele a adesão do Congresso Nacional, da Assembléa Legislativa, Federação de Centros Universitários e Confederação dos Trabalhadores.

Aliás, o governo da Venezuela, cuja intransigente defesa dos ideais democráticos é universalmente conhecida, acaba de enviar a Lisboa o dr. Rivas, chefe do gabinete do ministro das Relações Exteriores desse país, para tratar do salvamento do estudante de arquitectura Horacio Grandim, do Porto, asilado na embaixada venezuelana em Lisboa.

## OS TENTACULOS DA PIDE

A PIDE procura estender seus imundos tentaculos a todos os países. Assim é que todos sabem da existencia de seus agentes, mais ou menos disfarçados, junto às representações diplomaticas portuguesas no Exterior.

Aproveitando-se da inquietação causada pelo problema argelino ao governo de Paris, conseguiu com as habituais calúnias o afastamento de territorio francês do democrata Marcelino dos Santos, um dos mais brilhantes alunos do «Institut d'Etudes Politiques» e da «Ecole Pratique de Hautes-Etudes», e que era membro da comissão de redação da revista «Presence Africaine» e da comissão executiva da «Sociedade Africana de Cultura». Marcelino dos Santos, natural de Mocambique, foi denunciado pela PIDE segundo consta, de procurar entendimentos com a FLN... Mas as razões verdadeiras da intervenção da PIDE são muito outras e prendem-se, como os leitores já perceberam, à luta pela democracia em Mocambique, luta em que Marcelino dos Santos muito se distinguia.

## O TERROR EM ANGOLA

Chegam-nos as primeiras noticias sobre os julgamentos das dezenas de patriotas portugueses, cujos nomes publicamos há alguns meses. Essas noticias são sobre a organização dos processos. Sobre o desenrolar dessa farsa sinistra informaremos oportunamente os leitores de PORTUGAL DEMOCRÁTICO. Entretanto, eis as primeiras noticias:

● Lo Oficio da 3.ª Vara da Comarca do Tribunal de Luanda. Foram pronunciados definitivamente, sem atribuições de fiança, por crimes previstos e punidos pelos artigos 141 e 151, n.º 1 e 2, do Código Penal — actividades subversivas contra a segurança externa do Estado — os seguintes indivíduos: Ildio Tomé Alves Machado, 2º oficial dos C. T. T.; André Franco de Sousa, guarda-livros; Hicino Aires Alves de Sousa, empregado comercial; Francisco Xavier Hernandez, natural de HAVANA e residente em Nova York; Carlos Aniceto Vieira Dias, empregado bancário; Carlos Alberto Pereira dos Santos Van-Dúnem, mecânico; Francisco José Pereira Africano, ajudante de escritório; Luiz Rafael, compactador da Imprensa Nacional; Amadeu Timóteo M. Lobo, da Amorim, electricista da Câmara Municipal de Luanda; Mário António Soares de Campos, o collector; Mário Augusto da Silva, escrivão do Banco de Angola; António Marques Monteiro, escrivão do Banco de Angola; Miguel de Oliveira Fernandes, empregado bancário; Manuel Alves da Cruz, electricista; Matias Mionês, empregado de escritório; Gabriel Francisco Leitão Pereira, empregado comercial; Laurence Holder, de nacionalidade americana, triunfante do «African Pioneer», «African Dawn» e «African Globe»; Karl Doebe, natural do GHANA, triunfante de um navio americano.

Por se não encontrarem nesta provincia, e residirem anteriormente em GHANA, PONTA-NEGRA e ESTADOS UNIDOS serão julgados à revelia Laurence Holder, Matias Mionês e Karl Doebe, cujo domicilio actual é desconhecido.

A defesa dos arguidos está a cargo dos advogados desta Comarca: Srs. Dra. Maria do Carmo Medina, e Srs. Drs. José Custódio dos Santos Augusto da Penha Gonçalves, Eugénio Ferreira, António de Abreu, José Mendes e João Augusto Filipe Salas.

● Também por processo que corre os seus trâmites pelo Lo Oficio da 1.ª Vara do Juizo de Direito da Comarca de Luanda, foram incriminados noartigo 141 do Código de Processo Penal — crime contra a segurança externa do Estado — e pronunciados definitivamente sem admissão de fiança: Eng. eletrotécnico, António Alexandre Calazans Duarte, José Luciano Couto Real Vieira Meireles, guarda-livros; António Guilherme de Matos Veloso, arquiteto; Manuel dos Santos Junior, mais conhecido por o «Capicua», electricista, António José Conreiras da Costa, empregado comercial; Dra. Maria Julieta Guimarães Gandra, médica; e Helder Guilherme Pereira Neto, estudante.

A defesa está entregue aos seguintes advogados: Dr. Eugénio Ferreira, dos reus Vieira Meireles e Matos Veloso; Dr. Diogenes Boavista, do réu Ferreira Neto; Dr. João Augusto Filipe Salas, do réu Eng. Calazans Duarte; Dr. Rui A. Santos de Gádua, da ré Dra. Maria Julieta Gandra; Dr. Anibal de Oliveira, defensor officioso dos réus

Conreiras da Costa e Manuel dos Santos.

● Na 2.ª Vara (Lo Oficio) do Tribunal Judicial de Luanda, em 7 de Dezembro de 1959, por actividades contra a segurança externa do Estado foram incriminados os seguintes individuos:

José Manuel Lisboa, mecânico, António Pedro Bengé, funcionário publico; Fernando Pascoal da Costa, funcionário aposentado, Agostinho André Mendes Carvalho, enfermeiro-auxiliar; Sebastião Gaspar Domingos, empregado comercial; Garcia Loureiro Conreiras, enfermeiro; João Lopes Teixeira, auxiliar de mecânico; Belarmino Sabugosa Van-Dúnem, enfermeiro; João Figueiredo, funcionário telegrafista-postal; André Rodrigues Miguel Junior, funcionário publico; Pascoal Gomes de Carvalho Junior, amanuense; Armando Ferreira Conceição Junior, funcionário consular em Leopoldville; Nobre Ferreira Pereira Dias, professor; Noé da Silva Saude, estudante; Florêncio G. Gasnar, enfermeiro; Adão Domingos Martins, enfermeiro-auxiliar; João Falho da Costa, enfermeiro praticante; Manuel Bernardo de Sousa, enfermeiro praticante; Manuel Batista de Sousa, tipografo — que se encontram detidos na Casa de Reclusão Militar; e o marítimo Ferreira, de 48 anos, natural de Quibala; Manuel Tomás da Costa, que usa também o nome de «Costa Kioio», residente em Matadi; João Eduard Pinok, mais conhecido por o «Pinoca», residente em Matadi; António Jasta, ou António Gales, residente em Leopoldville; Barros Nogueira, ou Manuel Barros Nogueira, residente em Leopoldville; António Jacinto; e Deolinda Rodrigues, ou Deolinda Rodrigues Francisco, residente no Brasil; Inocénio Van-Dúnem dos Santos Martins, residente em Léao; Jorge Mizes, motorista em Brazaville; Mário Coelho Pinto de Andrade, residente em Paris; Viriato Francisco Clemente da Cruz, guarda-livros, residente em Paris e o americano Jorge Barnett, anteriormente residente em Nova York.

A defesa dos réus foi confiada aos seguintes advogados: Drs. Eugénio Ferreira, Santana Godinho, Augusto Salas, Joaquim Mendes, Augusto Penha Gonçalves, José Custódio dos Santos, Afonso Quadros Camarinha Abragão e Dra. Maria do Carmo Medina.

● Teve início no dia 7 de Março, no Tribunal Judicial desta comarca o julgamento de trinta e dois individuos que pela 2.ª Vara 2.º Oficio, tinham sido pronunciados no passado dia 7 de dezembro, como autores de crime contra a segurança do Estado — previsto e punível pelo n.º 1.º do artigo 141 do Código Penal que acarreta a aplicação dos artigos 151 n.º 1 e 2 daquele código e cujos nomes acima são indicados.

Dos 32 implicados respondem onze à revelia por se encontrarem ausentes em parte incerta.

Preside ao julgamento, cujas audiências continuam nesta data, o juiz Sr. Dr. Jorge Henrique da Cruz Pinto Furtado.

Quanto aos acusados do mesmo crime, no processo que corre os seus termos no Lo Oficio de 3.ª Vara, não foi ainda fixada a data do julgamento por estarem ainda a seguir os seus trâmites os respectivos prazos legais.

## A repressão continua

Noticiou a agência «France-Presse» que o advogado Artur da Cunha Leal, filho do líder democrático Cunha Leal, foi preso por se ter negado «a fazer declarações sobre o assassinio do cap. Almeida Santos». A Ordem dos Advogados protestou contra a arbitrariedade e o dr. Artur da Cunha Leal foi posto em liberdade ao fim de cinco dias.

A mesma agência informou, por outro lado, que o juiz Sebastião Ribeiro, que se encontrava em liberdade provisória, «parece que se refugiou na Legação da Colombia, para evitar ser reconduzido à prisão».



# QUEM SÃO OS AGENTES DA «GESTAPO» SALAZARIANA

De Portugal, onde a PIDE continua a impor o reinado do terror, chega-nos uma lista de alguns dos agentes da "gestapo" salazariana. Embora incompleta, publicamos-la nesta edição:

**Director**

Homero de Oliveira Matos, tenente-coronel da G.N.R.

**Inspector-Superior**

Rui Pessoa de Amorim Melicio

**Subdiretores**

Rogério Moraes Coelho Dias (Porto) ex-universitário e ex-tenente da G.N.R.

Manuel da Silva Clara (Lisboa) Agostinho Barbieri de Figueiredo Batista Cardoso (Lisboa)

**Inspectores Adjuntos**

António Faria Pais  
Jorge Marques Ferreira  
Raul Rosa Porto Duarte (Lisboa e colónias), antigo estudante de engenharia e ex-tenente da G.N.R.  
Abílio Augusto Garção Alcarva  
José Aurélio Boim Falcão (Lisboa)  
José Barreto Ferrás Sacchetti Malheiro (Coimbra e Aveiro)

**Inspectores**

António Diogo Alves (Porto, residente em S. Mamede de Infesta, gerente dos cinemas "Coliseu do Porto" e "Vale Formoso"; afastado da Direcção dos Bombeiros Voluntários de S. Mamede. Especialmente encarregado da protecção a Salazar no Norte do País.)

António José Rodrigues  
António Fernandes Vaz  
José Manuel da Cunha Passos.  
Alvaro Augusto das Neves Pereira de Carvalho  
Mário Ferreira da Costa

**Sub-Inspectores**

Joaquim Malta de Oliveira Monteiro

Fernando de Sousa Araujo Gouveia, de Lisboa. (Assassino de Alfredo Diniz, José Moreira e outros democratas).

Manuel Luiz Macedo Farinha dos Santos, de Lisboa Licenciado em Histórico-Filosóficas. Recentemente nomeado para assistente da Fac. de Letras de Lisboa.

Manuel José da Cunha (Porto) Licenciou-se em Histórico-Filosóficas em Coimbra.

Jaime Augusto Gomes da Silva (Começou a carreira no Porto, agora em Lisboa. Responsável pela morte, na Pide do Porto, de Wenceslau Ramos).

António Lopes  
José da Costa Pereira (Começou a carreira no Porto; agora em Coimbra, responsável pela morte de Joaquim Lemos de Oliveira e de Silva Júnior, em Fevereiro de 1957).

José Maria do Amaral Leitão Bernardino

Fernando Carlos de Passos Pereira de Castro

Manuel do Nascimento Raposo de Medeiros

Filipe Gualberto dos Reis Teixeira

Julio de Almeida (B)  
Leonel Laranjeira (D)

**Chefes de Brigada**

Henrique de Sá e de Seixas (Veterano de torturas na Pide, desde o início. Assassino do dr. Ferreira Soares. Foi chefe de guardas no Tarrafal. Guarda-costas de Salazar).

António Pinto Soares (Porto, conhecido pelo "Patachão". Chefe dos "serviços prisionais" da Pide no Porto. Durante a Guerra de Espanha fez serviço na fronteira de Trás-os-Montes, entregando vários refugiados espanhóis para serem fuzilados. Veterano em torturas, especialmente na "estátua". "Instruiu o processo dos estudantes em 1955, no Porto, torturando a maioria.

Júlio Lourenço Crespo  
José Montes Martins  
Alfredo José de Abreu Carvalho de Almeida

Manuel Vilão de Figueiredo  
Carlos Fernandes Casaca Velez  
Augusto Leitão  
António Matos Pais (Porto, acompanhou a Rainha Elisabeth na sua visita ao Porto).

Carmindo Carneiro da Rocha  
Miguel António Cardoso  
António Rosa Casaco (ex-"correio diplomático". Fotógrafo privativo de Salazar).

Fernando José Alves. Faz serviço no Aeroporto de Sacavém.  
Manuel de Oliveira Quartau

Vergílio Gonçalves da Cunha  
António Gonçalves Dias  
Eduardo Vieira  
Alberto Alcino  
António Augusto Teodósio  
Armando Rodrigues Rego (Porto)  
António Lemos da Silva  
Hélder Machado Cordeiro Alves  
António Joaquim Aguiar  
Gentil Garcia Coelho  
José Gomes Carvalheiro  
Joaquim Piçarra Sabino (Porto)  
Francisco Bartolomeu da Costa Lontrão  
Luiz Casimiro Pinto Magro (B)

**Agentes de La Classe**

José Gonçalves (Responsável pelo assassinio de Alfredo Diniz na estrada de Sacavém. É "veterano" da Brigada Exterior, tem à sua conta numerosos assaltos a casas. Vive em Cascais).

Américo José Coelho.  
João Castro Corte Real Machado

Alberto Batista Ferreira  
Arlindo Fernando Ferreira de Miranda

Guilherme de Castro  
Amadeu Pires de Barros  
Manuel Brás  
Alfredo de Oliveira Pereira Bastos

Hélio Freire de Andrade  
Ernesto Augusto Pimentel  
António Teixeira

Silvio da Costa Mortágua  
Gilberto dos Santos Afonso  
António Luz Costa  
Armando da Costa Gonçalves  
José Albertino Teixeira e Costa  
José da Conceição Mesquita Portugal

Marcelino Sanches  
Celestino Alexandre Pires  
Manuel Joaquim Lourenço  
José Francisco Jorge  
Alvaro Marques da Costa Fernandes

José Maria dos Santos  
Jaime Nunes Paulino  
Joaquim Lopes Farinha Junior  
Celestino Alves Amorim  
Agostinho Girando Cillero Tienza  
António Augusto Bernardo  
António Marques  
Augusto Figueiras  
Fernando Augusto Teixeira Barbosa

Alvío Vieira  
Amandio Gomes Maia  
Alvaro Rodrigues Ferraz  
Luiz Ferreira de Matos (Porto)  
José Maria Batista  
David José Rendeiro  
Mário Anatólio Correia  
Virgílio Fernandes Maia  
José Joaquim Lima Nunes  
António Domingues Antunes  
Manuel Rodrigues Martins  
António Teixeira da Silva  
Abílio Augusto Pires  
Alvaro dos Santos Dias de Melo  
Norberto Lima Botelho  
Malaquias Alberto de Oliveira Monteiro

João Lourenço Pires  
Mário dos Santos  
José da Cruz Ferreira  
António José da Silva Ferreira  
Manuel da Silva Rendeiro  
Manuel Nunes Gomes Novo  
Carlos Alberto António Varatojo (Lisboa)

Joaquim Maria de Oliveira  
Octávio da Fonseca Sanches  
Alípio de Lima Alves da Cruz  
Luiz Filipe Batista Meneses de Aguiar

António Jacinto Paiva Jorge  
Anibal de Magalhães  
Mário Cesar Pedro Ferreira  
José Pinto Galante  
Francisco Casas Fernandes  
José Maria Moreira da Costa  
Candido Pires  
António Manuel Cera Marques  
Américo da Silva Carvalho  
José Miranda de Freitas  
Guilherme de Castro  
Narciso Mendes  
José Nunes da Silva  
António Inácio David Trindade  
José Henrique Ferreira Cleto  
Manuel Lourenço  
Vasco da Rocha Guerra  
Francisco José Fernandes  
Victor dos Santos Dias  
António Eugénio Rodrigues de Jesus

João Marques  
António da Silveira  
Herculano Lourenço  
Romualdo Francisco Inácio Ernesto

António Batista da Silva  
Arlindo Costa  
Luiz Martins Ferreira  
António Monteiro  
Vasco Gomes Correia  
Joaquim Romão Baleizão  
Fernando Duarte Andrés  
Mário Constanção de Oliveira  
Pedro Anibal de Oliveira  
Joaquim Adelino Barbosa Campos  
João de Figueiredo Lima  
Rui Martins da Silva

Jorge Amaral Tavares Adão  
Raul dos Santos Antunes  
Miguel Cadenas Calmote  
Inácio Ribeiro Ferreira  
Júlio Augusto Rodrigues  
David Pinto  
Leonel Pereira de Sousa  
Armindo da Conceição Coelho  
Hildeberto Tomás Soares  
António Manuel Fernandes  
Eurico Páscoa Geraldo  
Manuel Pego Vaz Mairós  
Agapito Olívio de Jesus Correia  
Artur Pinto Ferreira  
Virgílio António Ferreira Freitas de Oliveira

Acácio Augusto Chiote (Porto, encarregado dos "serviços prisionais", Particularmente brutal com os presos).

António Rodrigues  
Alfredo de Sousa  
Joaquim Augusto Ribeiro  
José António Mota  
Vasco Duarte Amara  
Manuel do Cravo Nascimento  
Carlos Manuel Vieira da Rosa  
Francisco Cardoso Barroca  
António Epifanio Nogueira Correia

Alfredo Peixoto Martins  
António Marcelino Gonçalves  
Adelino da Silva Tinoco (Lisboa. Escrivão em vários processos).

Manuel Gomes  
Sebastião Esmeraldo de Sousa  
Herminio de Assunção Moraes  
Daniel Marques  
José dos Anjos Santos  
José Domingos da Conceição Jesus

Ernesto Pereira Jorge  
João Teodoro  
Mário Augusto das Neves Rocha  
António de Sousa Coelho  
Joaquim Vaiente Pinalo  
Abílio da Graça Coelho Comédias  
Fernando Capelo de Sousa  
António Pinto  
Antero Pereira de Carvalho Amalrio Semblano

Manuel António Cavaleiro Miguel  
Agostinho José Ribeiro  
António Rodrigues Teixeira e Sousa

Alberto Raul de Carvalho  
Francisco Casimiro Mouro  
Tito Levi Amorim e Oliveira  
Manuel da Silva Amaro  
Serafim Ferreira da Silva  
José Robaldo Miranda  
Armando Gristofanetti da Costa Lima

José da Silva Duarte  
Manuel Coelho da Silva  
José Lopes  
José Manuel Batista Correia  
José de Matos da Silva

Oriando Ferreira da Silva Paiva  
António Rolo Esteves  
José Filipe Silva  
Silvestre dos Reis Soares  
Rui António Fins  
Júlio Cunha  
José Novais de Araujo  
Polónio Gilbás Fehrerro de Queiroz

Luís Casquinho Vale de Matos  
António Candido de Melo  
Américo Ferreira de Moura  
Ramira Rodrigues Conde  
António Nunes Ribeiro  
António Capela  
António Francisco dos Santos Seixas

Alberto Lima Trindade  
Tibúrcio Francisco Ribeiro  
João Roque Rebola  
Anibal Libanio de Sousa Brites  
José Eduardo dos Santos Seixas  
António Araujo  
Manuel Joaquim Antunes de Mesquita

Diamantino Fernando Pires  
Joaquim José Antonio Pereira de Melo

António Maria Ferreira  
Luiz José Martins Cassola  
Oriando Ferreira  
Oriando de Faria  
Domingues Louro  
Mário Dias Correia  
António Ramos Sardinha  
Ermelindo de Jesus Batista  
David Carlos de Oliveira  
Armando Ferreira de Macedo  
José Maria Pinto Leite  
Osvaldo da Silva Oliveira  
Manuel José Rodrigues Cristiano  
António Gonçalves Semedo  
João Nobre  
José Eustáquio de Castro  
Vergílio Monteiro Pinto Ferreira  
Gil Pinto Moraes  
Leonel dos Santos Martins  
João Cardoso Perestrelo da Silva Biscala

Custódio Sebastião Rodrigues Rosa  
Silvestre Delgado Luiz  
António Maria Alves de Sousa Moreira

Octávio Augusto Soares  
José Coelho Moreira Fernandes  
Felisbino Marques Gomes  
Ismael de Jesus Silvério  
Manuel Lopes dos Santos Inês  
Gualdino Borralho Pais  
Francisco Vieira Tomás  
Joaquim Fernandes Margarido  
Gustavo Ladislau Soares  
Arlindo Monteiro de Miranda  
José António Barros  
José Alves da Silva  
Manuel Ferreira Vinhal  
Ernesto Lopez  
Francisco do Carmo Batista  
Amandio João Silvestre

Manuel José Vila Maior Cerdeira  
Francisco da Silva  
Fernando Gaspar  
Almerindo Fantasia de Sousa  
José Luis Fraga de Carvalho  
Joaquim de Bastos Pereira  
José Fernandes Leite dos Santos Guimarães

Apio Augusto Nunes  
José Horta Januários  
José Luiz Inácio Afonso  
Candido Rodrigues Araujo  
Aires Cipriano Assado Estribie  
José António de Matos Lopes  
Manuel Pereira Vinhal  
Ernesto Lopes  
Calisto Horácio Peixoto dos Reis Vasconcelos

Oriando Guedes Pinto  
António Gonçalves Teixeira  
Eduardo Rodrigues  
Armando da Silva Dias Pascual  
Raul António Rainho  
Serafim Pereira Ramos  
Bernardino da Cunha Azevedo  
Francisco do Carmo Batista  
José Lourenço Fernandes  
Joaquim da Silva Teodósio  
Bartolomeu Manuel Augusto Matos e Barros

António Augusto Esteves  
António Domingues  
Marcelino Gonçalves Vieira  
Alberto Ribeiro Botelho Monteiro

Adriano Correia de Figueiredo  
João Ferreira Charneco  
Amandio Teixeira Cardoso  
Joaquim Ferreira  
José Simões Felgar  
José Mendes Castelhão  
Luiz Manuel Bento Vasco  
Jorge Capelo Saralva  
Arlindo Esteves de Sousa  
Torcato Augusto Correia  
Joaquim Fernandes  
Augusto Macias  
José Maria Soares da Silva  
Serafim Domingues Vigário  
Manuel Correia Pinto  
Mário Adérito Rodrigues  
Manuel Mendes Gomes  
Joaquim Pereira Moutinho  
José Viriato Marques Pires

António Joaquim  
Ezequiel Moreira Gomes  
António Augusto Teles Freire  
Daniel José Rodrigues da Silva  
Mário Duarte Andrés  
António Augusto Borges  
Fernando Alberto Ramalho Meuninho

Augusto de Sousa Maia  
Alberto da Natividade  
José de Sousa  
Mário Pinto Mendes  
Mário Filiz Parra da Silva  
Manuel Martins Gomes  
Eduardo Avelino Borges  
Fernando José Waldeman do Canto e Silva  
João Reis Pestana Rodrigues Pau Branco

Ilídio Pintadinho dos Santos  
José Correia de Carvalho  
Fernando Augusto Saraiva Sequeira  
Eugénio Caraveia  
José Ferreira Henriques Junior  
Manuel dos Santos Eusébio Pereira

Joaquim Maria Perestrelo Biscala  
José Sequeira Vaz (A)  
Henrique Garcia Queiroz (A)  
Alberto Vasconcelos Castelo (B)  
Manuel Alves das Neves (B)  
Fernando Pinheiro Tavares  
Acácio da Costa Matos

**Agentes de 2-a Classe**  
Francisco Rodrigues Galo (Porto)  
José Marques  
José Venancio  
José Maria Lopes Lourenço Rosa  
António Rodrigues Laranjeira  
Antonio Rodrigues Cardado  
António Pereira da Fonseca  
José Armando da Silva Reis  
José de Oliveira Costa  
José Gomes de Oliveira  
Alberto Augusto Teixeira  
Adelino da Fonseca  
João Calado Roque (Porto)  
Mário da Silva  
João Martins Lopes  
Francisco Vieira Tomás  
Ambrósio Maria Falcão  
José Trindade Roque (Porto)  
Vitorino Antero do Nascimento Aires

Agostinho Marcolino Felguera  
Lázaro Duarte Gomes  
Otelo Puga (Expulso da Pide por roubo, depois readmitido no Porto).  
Paulo Carvalho Martins  
Manuel de Aguiar Delgado  
Rogério de Jesus Batista  
Augusto dos Santos Correia  
Antonio Nunes do Poço



A PIDE existe para que não se fale em favelas como esta, na Quinta da Currealeira (Lisboa)

## CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS

● A Diretoria do "Centro Republicano Português", animada da melhor vontade de transformar a velha instituição dos democratas portugueses num centro de reuniões e de debates, está procedendo a várias diligências para as quais solicita a melhor colaboração de todos os sócios e bem assim dos leitores deste jornal.

● Prossegue a campanha pró-aumento da massa associativa. Numa das últimas reuniões, foram aprovados como sócios efetivos os srs. Jorge Fernandes de Carvalho, Henrique Pereira Santo e Augusto Filipe Aragão dos Santos. A todos se lembra que propoñham mais um sócio para o Centro dos republicanos portugueses de São Paulo.

● Continua a fazer-se a cobrança dos sócios que têm atrasadas as suas cotas. Aqueles que ainda o não fizeram, muito agradece a Diretoria a gentileza de passarem pela nossa sede social, a fim de procederem à liquidação que vivamente a todos se solicita. Alvitra-se que façam pelo correio esse pagamento aqueles que não tiverem possibilidades de o fazer por outro meio.

● Já estão a imprimir os estatutos do Centro Republicano Português. A secretaria está já anotando os pedidos, a fim de oportunamente os satisfazer.

● Começou a campanha da Biblioteca. Já se enviaram cartas a jornais e revistas e bem assim a escritores diversos. Que cada um dos amigos de nosso Centro ofereça quaisquer obras que, de qualquer modo, completem a nossa Biblioteca.

● Teve o melhor êxito a conferência proferida pela escritora D. Maria Archer sobre "Presença da Mulher na paisagem social da Africa Portuguesa". Em breve, serão anunciadas outras conferências promovidas pelo "Centro Republicano Português".

A Diretoria



# Revelações de Alvaro Lins sobre sua missão em Lisboa

## Associações de portugueses ou de salazaristas?

Publicou a revista "MUNDO ILUSTRADO", do Rio de Janeiro, um importante documento sobre a missão do Embaixador Alvaro Lins em Lisboa. Transcrevemos esse documento na íntegra, com a devida vênia:

Alvaro Lins arregala os olhos e sua testa, alongada pela calvície, parece crescer ainda mais. Professor, jornalista e crítico da maior nomeada, este homem de pequena estatura e gestos ágeis, cuja preocupação maior em toda sua vida sempre foi a da arte e da literatura de um modo geral, de repente viu-se embaixador do Brasil em Lisboa, enfrentando uma crise diplomática que ficará na história como uma das mais graves no curso das nossas relações com Lisboa. O que se viu em Alvaro Lins foi um homem crescer, agigantar-se nos 98 dias de sua cruenta luta contra a ditadura portuguesa, que se obstinava em não respeitar os tratados internacionais do asilo político. Não transgriu no asilo político concedido ao General Humberto Delgado transformou-se, para Alvaro Lins, na bandeira de fé dos seus princípios e num estado de consciência a que não podia fugir. Naquela hora ele não era Alvaro Lins, era o embaixador, o representante da Nação brasileira. Desamparado, a partir do meio da crise, pelo próprio Itamarati, na pessoa do então chanceler Negrão de Lima, nem assim perdeu a esperança ou se deixou abalar em suas convicções. A história da passagem deste pernambucano de fibra pelas terras de Portugal vai ser contada em forma de diário num livro intitulado "Missão em Portugal" e que breve será publicado. Neste "Diário", ele narra não só todos os fatos de bastidores que envolveram o seu drama diplomático, como também se ocupa em nos mostrar, com seus olhos e sua sensibilidade de artista, a terra e a gente portuguesas, naquilo que há de mais tradicional, de mais lusitano e de mais belo em Portugal. Esta reportagem, cujos dados foram extraídos de algumas páginas do "Diário", representa a quebra de um silêncio que se prolongava por mais de um ano. Através da redação deste repórter, pela primeira vez Alvaro Lins conta alguns aspectos, e o faz com absoluta exclusividade para os leitores do "Mundo Ilustrado", do que foi sua participação no caso do General Humberto Delgado. O que se vai ler a seguir consta do "Diário" de Alvaro Lins, embora esteja apresentado aqui com as nossas próprias palavras.



Dr. Alvaro Lins,  
Embaixador  
da Comunidade  
Luso-Bra-  
sileira

O dia era sete de janeiro de 1959. Para o embaixador brasileiro em Lisboa, sr. Alvaro Lins, aquele parecia ser um dia como qualquer outro. Acordou cedo e acelerou os preparativos para um passeio que no dia seguinte faria com toda a família à praia de Nazaré, uma das mais belas de Portugal. O dia transcorria calmo e sem novidades até que a emissora Nacional de Lisboa, começou a interromper sua programação normal para anunciar que, ao anoitecer deste mesmo dia, a Televisão divulgaria importante comunicado. À noite, a Televisão deu a conhecer o texto do comunicado: conclusão do inquérito militar instaurado contra o General Humberto Delgado, candidato das oposições portuguesas à presidência da República. O comunicado informava que o General Delgado havia sido degradado das Forças Armadas, estando sujeito ainda a um processo criminal no foro civil. À meia-noite, um dos secretários da Embaixada tocou o telefone para a residência do embaixador Alvaro Lins, para dizer-lhe que achava conveniente o envio de um ofício (fato corriqueiro) ao Itamarati, narrando detalhadamente o desfecho da situação política em que se vira envolvido nos últimos meses o General Humberto Delgado. Como uma prova de que não deu maior importância ao fato, frisa o embaixador Alvaro Lins que fez ciente ao secretário da Embaixada que as decisões sobre o envio do ofício deveriam aguardar seu regresso a Lisboa, uma vez que no dia seguinte pretendia visitar a praia de Nazaré.

### EXAME DO "AFFAIRE" DELGADO

No dia 9 de janeiro, tendo retornado do passeio a Nazaré, ao qual deu umas boas páginas do seu diário, o embaixador Alvaro Lins reuniu na chancelaria os seus auxiliares imediatos para discussão de alguns aspectos do caso Delgado. Desde logo fez questão de acentuar para todos que o ouviam que o problema era um problema privado e da respectiva alçada da nação portuguesa, no qual não cabia ao Brasil imiscuir-se. Os que estavam presentes à reunião concluíram pela decisão do envio puro e simples ao Itamarati do comunicado oficial do governo português sobre as penalidades impostas ao General Delgado, externando o Embaixador e o Ministro Conselheiro a opinião de que achavam por demais rigorosas as penalidades impostas ao candidato derrotado nas eleições. Além de terem chamado a atenção para a condição do General que, pelos termos do comunicado, ficava na situação de "separado do serviço", ficou acertado entre todos que ao Itamarati apenas se advertiria sobre o ponto do comunicado em que se ressaltava que o General Humberto Delgado não ficava isento também de responder a um processo criminal na Justiça Civil dos Tribunais Plenários (Correspondem ao nosso Tribunal de Segurança durante o Estado Novo). Não restava dúvida — diz o embaixador Lins em seu "diário" — que o General Delgado fôra degradado do serviço militar. O comunicado chegava a impor-lhe uma série de proibições aviltantes, como a de não poder usar farda, nem ostentar condecorações ou outras honrarias, mesmo em trajas civis...

### DIA 12: EXPLOSAO DO CASO DELGADO

Nas páginas do "diário" do embaixador está escrito, no dia 12: acordou meio gripado. Decidiu não sair de sua residência, apesar da fanair do Brasil haver anunciado que o sr. Assis Chateaubriand, em-

baixador do Brasil em Londres, passaria por Lisboa a caminho do Rio de Janeiro. As 11 horas da manhã fez-se representar numa recepção. Logo depois recebia um telefonema de Odorico Tavares, diretor dos "Diários Associados" na Bahia, seu amigo pessoal e de Assis Chateaubriand. Odorico, que estava instalado num quarto de hóspedes da embaixada, faz-lhe um apêlo para que não deixe de comparecer ao aeroporto, que o embaixador Chateaubriand deseja falar-lhe. Decide-se a sair. Almoça no aeroporto de Lisboa em companhia do embaixador Chateaubriand. Em meio à refeição, um dos empregados do restaurante aproxima-se da mesa e anuncia telefonema para o embaixador do Brasil. Alvaro Lins ainda procura evitar atender o telefone e faz a observação ao rapaz do aeroporto de que se encontram à mesa dois embaixadores. Que é melhor certificar-se para qual dos dois é destinada a comunicação telefônica. Volta o rapaz da cabine telefônica dizendo que a comunicação é para o embaixador do Brasil em Lisboa. Pede licença e vai na direção da cabine telefônica: é Alarico Silveira, da embaixada brasileira, que está ao aparelho, e que lhe diz com voz misteriosa e solene: — "Embaixador, eu acho que o senhor precisa vir o mais cedo possível para a chancelaria". — "Algun telegrama do Itamarati urgente", indaga Alvaro Lins. — "Não. Temos um asilado". — "Quem é o asilado?" volta a indagar Alvaro Lins. — "É o General Humberto Delgado", corta abruptamente o secretário da embaixada. O embaixador Alvaro Lins recomenda imediatamente a Alarico Silveira que ele e os demais membros da embaixada façam sala ao General, que dentro de, no máximo 45 minutos, a uma hora, estará na chancelaria. Recompõe e controla todas as suas emoções do momento para que as passagens presentes ao almoço não percebam que qualquer fato anormal se passou, e volta à mesa de refeições. A certa altura pede para retirar-se e somente a duas pessoas conta o que se está passando: ao escritor português, Nuno Simões, e ao embaixador Chateaubriand, que tem uma reação muito jornalística e pouco diplomática para suas novas funções: "O Alvaro, vê se você me arranja uma foto sua com o general para publicar na primeira página de "O Jornal".

### DRAMA DIPLOMATICO

As 16 horas, chega à chancelaria e encontra o General Delgado cercado pelos secretários da embaixada. O General levanta-se e vem na sua direção. Reconhece-o pelas fotografias publicadas na imprensa. Alvaro Lins oferece uma cadeira e o General volta a sentar-se, contando então minuciosamente porque resolveu pedir asilo à embaixada do Brasil. Comunica que ainda neste mesmo dia, às 17 horas, será realizada, por elementos da própria polícia de Salazar, uma manifestação política em frente à sua residência, o que será pretexto para sua imediata prisão. Não é desconhecido que os comícios políticos em Portugal só são permitidos em recintos fechados. Naquela dia confirmaram-se as previsões do General Delgado. A hora aprazada, numerosos policiais apareceram em frente à residência do General e ensaiaram uma manifestação política, que seria pretexto para sua imediata prisão. Ainda conversando com o embaixador Alvaro Lins, o General fez um relato das perseguições que vinha sofrendo por parte da ditadura. Depois de ouvi-lo com a maior atenção, o embaixador Lins fez a seguinte observação: que uma parte de sua exposição e relato não tinha maior valor para o asilo. Que o asilo tinha que ser examinado, levando-se em conta os perigos a que estivesse exposto em sua liberdade, em sua vida e na sua integridade física. Dois fatos e circunstâncias documentadas oficialmente poderiam conduzir a embaixada brasileira à concessão do asilo: em duas oportunidades anteriores, o governo luso havia recusado conceder autorização no passaporte do General para que ele pudesse ausentar-se do país. Da primeira vez, para uma visita ao Brasil, da segunda para ir a Roma onde pretendia assistir à coroação do Papa João, XXIII. Lembrou ainda o embaixador os trechos ameaçadores do comunicado oficial, quando frisa que o General não está livre de responder a um processo na Justiça política e especial dos Tribunais Plenários. Não podia esquecer — faz saber — que no atual Estado português, nos crimes qualificados de atentado à segurança nacional, o cidadão pode ser preso em qualquer lugar e hora, mesmo no interior de sua residência, pois não existe preceito legal que torne necessário um mandado judicial de captura e garanta a inviolabilidade do lar. É preciso ainda que se saiba — ressaltava o embaixador Lins em seu "diário" — que o presidente do comitê nacional da candidatura do General Delgado havia sido preso pela polícia no dia das eleições nacionais portuguesas. E mais: que dos cinco líderes portugueses que assinaram convite ao líder trabalhista inglês, Aneurin Bevan, para visitar Portugal, quatro deles foram presos e processados imediatamente, sendo que o quinto, o General Delgado, só não foi detido na época por ser general, o que acarretou o processo militar que agora encontrava o seu desfecho, deixando-o nas mesmas condições desprotegidas dos seus quatro companheiros anteriormente presos.

### O CHANCELER PORTUGUÊS DESCE DO ESTORIL PARA RECEBER LINS

Alvaro Lins, sem demora, solicitou audiência urgente ao ministro das Relações Exteriores, que àquela hora se encontrava na praia de Estoril. O ministro se dispôs a descer do Estoril para receber Alvaro Lins, numa audiência determinada para as 18 horas e 30 minutos. Voltando a acercar-se do General Delgado, o embaixador brasileiro comunicou-lhe que o asilo fôra concedido em princípio, dependendo a concessão, em caráter definitivo, da audiência que ia ter com o chanceler português. Num monólogo interior, Alvaro Lins recapitulou as razões que seriam pesadas e determinantes para a concessão do asilo: 1.º — o que conhecia da ditadura portuguesa e sobre as suas disposições de esmagamento em relação ao General Delgado; 2.º — o circunstanciado relatório da situação que acabava de fazer o General Delgado, dos perigos de prisão e de ameaça à sua integridade física a que estava exposto; 3.º — versões e razões do governo português, através da palavra do seu chanceler, com quem ia avistar-se logo mais; 4.º — textos dos tratados internacionais sobre o direito de asilo, em três conferências internacionais.

### O GOVERNO PORTUGUÊS IGNORAVA TUDO

Na sua audiência com o chanceler português, o embaixador Alvaro Lins fez-se acompanhar do conselheiro da nossa embaixada, sr. Martim Francisco de Andrada. Queria com isso dar um tom íntimo ou solene às conversações, conforme o curso que viessem a tomar, e, mais que isso, resguardar-se com uma testemunha, para o caso de haver controvérsia de palavra. Finalmente, antes de embarcar no automóvel rumo ao Ministério das Relações Exteriores de Portugal, ditou os termos de um comunicado ao Itamarati traduzindo a situação no seu essencial: isto é, que o General Delgado comparecera à Embaixada para solicitar asilo e que no momento estava a caminho da Chancelaria portuguesa. Já no automóvel em movimento, comentou para o conselheiro Martim Francisco não acreditar que o governo português viesse a criar um caso com o asilo do General Delgado. No seu primeiro contato com o ministro português ficou logo ciente do fato de que as autoridades locais de nada suspeitavam. Sem ênfase, com a maior naturalidade, mas de um jato, comunicou ao ministro que o General Delgado acabava de sol-

(CONCLUI NA PAG. 6)

De Porto Alegre, chega-nos uma carta cuja publicação nos parece oportuna. Assina-a o nosso leitor, sr. Fernando Temudo Soares, que declara:

Como em todas as grandes cidades brasileiras, existem também aqui uma "CASA DE PORTUGAL" e uma "BENEFICENCIA PORTUGUESA". Pois bem: num país de pura democracia, nessas Casas se impõe uma "censura" descabida, pálido reflexo de uma ditadura já agonizante.

Na "Casa de Portugal" é proibido entrar qualquer jornal, livro ou revista de caráter anti-salazarista. No entanto a "Voz de Portugal" tem franco acolhimento como não podia deixar de ser, por parte dos dirigentes da mesma. Mas, embora sabedor que sou dessa "censura", quiz oferecer uma assinatura do jornal "PORTUGAL DEMOCRATICO". Foi-me recusado, como esperava, alegando "eles" que na "Casa de Portugal" é proibido fazer política situacionista ou oposicionista. Mas, pergunto eu, se nos estatutos da "Casa" reza essa cláusula, por que razão se faz propaganda do regime salazarista, através do pasquim "Voz de Portugal" e, de palestras, como foi o caso de Frei Inácio, que ha tempos andou em "peregrinação" pelo Brasil, fazendo da religião e da sua qualidade de sacerdote uma arma publicitária em favor do fascismo português? Tão logo eu soube disso, imediatamente me retirei da "Casa de Portugal", da qual era socio desde 1963. Isto é, logo após a minha chegada ao Brasil.

Quanto à "Beneficência Portuguesa", todo e qualquer português que lá procurar uma colocação em seus quadros de funcionários, tem de deixar na "porta" seus ideais democráticos e submetido a um verdadeiro interrogatório sobre o seu pensamento político, nos moldes da PIDE. E mesmo depois de lá estar, é sumariamente despedido, caso transpirem quaisquer de seus pensamentos democráticos.

Também se deve estranhar que, numa cidade como Porto Alegre, onde a colônia portuguesa conta com numerosos membros, ainda não se tenha fundado uma agremiação de caráter democrático, para que se complete, no sul do Brasil, o círculo de luta anti-salazarista, que por todo o país se alastra. Mas eu poderei fornecer-lhe os motivos, com fundamentos de prova. Como no Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades do Brasil, aqui também existe um comendador. Afinal, Porto Alegre também tem "direito" de ter um ou dois para dominar a "arrua-miúda" da Colônia Portuguesa, aqueles que identificam Portugal com Salazar. Pois esse comendador não mediu esforços para comprar a sua "comendinha" do Gal. Craveiro Lopes, quando da sua visita ao Brasil. Mas ele queria ser comendador e con-

seguiu-o. Outro dos baluartes salazaristas no sul do Brasil, é o gerente de uma agência de aviação local. Esse, então, abusando arbitrariamente de sua posição, se opôs terminantemente a que o Sr. Gal. Humberto Delgado viesse a Porto Alegre, a fim de participar de um programa radiofônico, cujo patrocinador era a própria Agência que ele administra e que fornece gratuitamente a passagem aos convidados do programa em questão. Assim, vimos frustrados os nossos desejos de ouvir de viva voz o que se passou em Portugal com as "eleições" de 1958.

Também quero levar ao conhecimento da opinião pública, que a "Casa de Portugal" se prepara para "expulsar" de seu quadro social, um português que, incansavelmente, se tem batido pela libertação de nossa Pátria, e que cometeu o "crime" de ter levantado a voz para criticar a maneira como vem sendo orientada uma Casa que, dada a sua tendência salazarista, não devia ser de Portugal, mas sim chamada de "Casa de Salazar".

É este o apêlo que faço através do jornal "Portugal Democrático" para que os bons portugueses se unam e abram, no sul do Brasil, a luta por uma Pátria livre, porque ser português não é estar com Salazar.

XXX

O comendador a que faço referência, é o Sr. Heitor Pires, diretor da Fábrica de Refrigerantes Sulriograndense "Pepsi-Cola".

Trata-se do Dr. Diniz Campos, o gerente da Agência de Aviação que referencio.

O português que se encontra na iminência de ser desligado da "Casa de Portugal", é o Sr. Luiz Firmino de Vilhena, representante no Sul de "Portugal Democrático", meu particular amigo, com quem tenho mantido colóquios sobre a ideia da organização de um núcleo de portugueses democratas."



# Opiniões insuspeitas

JOAO SARMENTO PIMENTEL

Só agora recebemos a carta que o dr. Arlindo Vicente escreveu ao fradilhão. Qualquer coisa escrita que seja contrária aos cânones da PIDE, leva-lhe muito tempo a chegar ao seu destino, tantas as dificuldades e longos caminhos a vencer. Pois esta carta merece ser conhecida pelos próprios salazaristas, já que lhes proporciona fontes pouco conhecidas daqueles princípios democráticos que o "grande estadista" defendeu enquanto não chegou ao governo e não fez amizade com Mussolini e com Hitler. De então para cá, virou de bordo e foi se aproximando, em processos e doutrina, de tudo quando é ditadura e tirania, até que, tomado do gosto e da vaidade do poder, lançou âncora no fundo do mar tenebroso de todas as hipocrisias, de todas as ignominias, de todas as prepotências.

A ordem geral do tirano é bater, para acalmar os que se manifestam publicamente contra as delícias do "Estado Corporativo". Assim para o povo faminto, para os operários que ganham salário de preto, para a misera classe média que mal tem para comer e que já mandou virar duas vezes a quinzena de coitão! Mas para os mais esclarecidos, para aqueles cuja inteligência e cultura e coragem cívica podem comprometer a estabilidade do regime, desacreditando-o, e criando um ambiente de inquietação que perturba a digestão dos tubarões, há instruções confidenciais de permanente vigilância, e matar, sem compromisso para o mandante e autor intelectual dos crimes hediondos que dia a dia se cometem em Portugal e nas Colónias.

Lendo a carta do dr. Arlindo Vicente, o fradilhão deve ter dito: "para a próxima vez, acabem o serviço, mas vejam lá, que eu não gosto de encrencas, como aquela do cap. Almeida Santos, que depois é difícil abafar".

Diz a carta: "Lisboa, 10 de Fevereiro de 1960 Senhor Presidente do Conselho de Ministros

Excelência Quando na passada tarde do dia 31 de Janeiro deste histórico ano de 1960, um numeroso grupo de monárquicos gosava ainda a digestão de um banquete que se oferecera em comemoração das guerras civis que provocou contra a República — eu, e alguns milhares de pessoas — nestávamos no Cemitério do Prado do Repouso, no Porto, pacífica e respeitosa homenagem aos mortos de 31 de Janeiro, cujo sangue generoso foi seiva-mãe da República que informou politicamente a minha juventude.

Enquanto os jornais davam pública notícia daquele banquete monárquico, nós, os republicanos, eramos naquele cemitério insólita, injustificável e brutalmente agredidos pelas forças da Polícia, para isso determinadas e acobertadas pelo silêncio.

Entre dezenas de vítimas — gente válida, velhos, mulheres e crianças, eu não tenho dúvidas de ter sido particularmente discriminado para a agressão que sofri.

Por isso, em face de tais circunstâncias, venho perante V. Exa. estabelecer o meu protesto em meu nome, no de todas as vítimas e no de uma civilização que, felizmente, tem dado os melhores frutos; e também lembrar a V. Exa. que, na minha infância, aí por volta de 1920, se publicaram e vendiam em Coimbra, uns folhetos que continham as defesas deduzidas por três professores da Faculdade de Direito da Universidade daquela cidade, nos processos de sindicância que o Estado lhes impuzera acusando-os de, desde a cátedra, ofenderem as idéias e o sistema que naquela época informavam a política e os Governos da Nação.

Dois desses professores já faleceram. O outro é V. Exa.

A leitura dos dois primeiros não me impressionou. Mas a leitura do folheto de V. Exa. produziu-me profunda e inesquecível impressão, já pelo tom de altiva acusação que deu à sua defesa, já pela reivindicação que ali fazia do direito de ter as suas opiniões e de, como homem e como professor, as expor como um dever, sem peias nem limitações; e mais ainda me impressionou verificar que o Governo de então com a concordância de todo o pensamento português, tivesse aceitado e até aplaudido que esses eram os direitos de V. Exa. e de todos os homens.

Criado e educado a admirar tais atitudes e princípios — que espero informem toda a minha vida — não prestei maior atenção a frases que mais tarde vi atribuir-lhe e não

eram, quanto a mim, conforme àquela atitude de intransigência e perfeita dignidade.

E porque agora fui injustificada e grosseiramente agredido e ofendido na minha dignidade de homem, eu — que tenho o direito de aguardar que a força pública antes sirva para me defender de eventuais paixões e insólitas atitudes dos meus semelhantes — venho em meu nome e no de todas as vítimas daquele ultrajante atentado, reclamar de V. Exa., que se digne ordenar imediato inquérito para determinar perfeitamente as causas e condições da agressão e aplicar, em seguida, as sanções justas de uma legislação prévia.

Faço-o, Sr. Presidente, em nome da lei, da honra e dignidade humana e duma civilização que, estou certo, fará transpor os bons costumes, infinitamente para além da minha vida e da de V. Exa.

Aguardo Atenciosamente, (a) Arlindo Augusto Pires Vicente.

## UMA SUGESTÃO

O "Estado Novo" prepara suntuosas comemorações para o V Centenário da morte do Infante D. Henrique. E está convidando o mar e a marinha de todos os quadrantes, persuadido de que os presumíveis visitantes só atentem na grandiosidade da encenação e não renarem na miséria existente por trás do nano de fundo daquele faraônico teatro ao ar livre.

Já se sabe que na parada militar, que há-de desfilar pela avenida da Índia e passará em contínuo diante da tribuna de honra, um contingente de tropas brasileiras representará o glorioso exército do país irmão. Tudo legal, diria o cronista da revista, apreciando a cortesia e a inteligência da manobra salazarista, que, naquele detalhe, mostrará aos convidados mais um trunfo de grande decisão no jogo dos valores internacionais para a "defesa da civilização ocidental".

Falta saber se, mesmo com a presença (a modos que anfritrónica) do Sr. Presidente Juscelino, essas questões militares não passam pelo crivo do Parlamento brasileiro, onde há gente pouco atreita às questões da guerra fria e muito acate-lada na maré da onça beber água... Mas a tropa brasileira que vai a Lisboa leva seu comando superior e aqueles oficiais-generais e do estado-maior que são da ordenança, além dos da comitiva presidencial. Enfim, muitos militares ilustres terão a agradável oportunidade de conhecer aquele "jardim à beiramar plantado" e os lusos camaradas que lhes farão as honras da casa dos seus antepassados.

"O.K.", dirá o reporter, a quem o cor. fascista Pereira da Conceição já deve ter prometido certa matéria paga, evidenciando, mais uma vez, as vantagens da amizade e consulta, então em pleno funcionamento.

Entra-se depois na troca das condecorações: vistosa formatura na parada dos quartéis, com alguns dos contemplados nomeados na "ordem do dia", isto e aquilo, como é da praxe. E também não ficam mal, entre irmãos que são, uns presentes, cousas que corporizam e testemunham, e recordarão pelos anos fora, a camaradagem e o acontecimento que a selou.

Ora aqui é que eu, que vivo há 33 anos no Brasil e já fiz parte dos quadros do Exército Português, me permito uma sugestão aos senhores oficiais brasileiros que lhes angariará dos seus camaradas lusitanos a maior simpatia, e de nós todos, portugueses, muita gratidão. A cada oficial do estado-maior do exército do ditador Salazar, V. Exas, ofereçam um compêndio da corografia elementar brasileira. Por ele, os valentes guerreiros de tantas batalhas incruentas, heróis de façanhas sem conta e conhecedores de tudo quanto cobre a roda do sol, também farão uma válida ideia do que é e onde fica o Brasil.

Isto não é ironia. Tenho em meu poder um ofício do quartel-general da 1.ª Região Militar em que o chefe do estado-maior mostra os poucos conhecimentos que possui, ou ele não fôsse um dos ornamentos das altas hostes bélicas totalitárias. O idiota supõe que esta grande cidade de São Paulo é um bairro ou subúrbio do Rio de Janeiro! Aceitem se quiserem, que eu não faço questão, e ao Salazar também não faz minga que aqueles que ocupam os postos-chave da sua guarda pretoriana, saibam mais.

## AMIZADE E CONSULTA

Não sei se já lhes contei que um dia fui chamado ao correio para

pagar o imposto por um livro vindo de Portugal. Em mais de trinta anos de Brasil, e sempre recebendo algumas obras editadas na minha terra, nunca, até então, me haviam feito essa exigência. E, por isso mesmo, repontei. O funcionário superior do correio era homem culto e bem disposto. Atendeu-me com muita cortesia e depois de muitas explicações, que não me convenceram do absurdo da imperitância fiscal, teve para comigo este argumento decisivo: "Mas o senhor não sabe que está em vigor um Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal?". A minha resposta foi pronta: "Confesso-lhe que nem me lembrava!" E, daí, ficámos amigos.

Pois agora também, pela parte lusitana, o Tratado vai tendo aqueles altos benefícios que o Craveiro anunciou aos nossos comandadores e lhes demoveu a relutância dos 30 contos "per capita" no rateio da homenagem craveiral.

La-se ao Consulado casar para ter as vantagens e encargos da lei da nacionalidade portuguesa. Muita papalada, sim, senhor. Mas cumpridas essas formalidades burocráticas de certidões, atestados, inscriçãozinha em dia e servaço militar, etc., o fabiano entrava com os Escudos, e o sr. cônsul, homem amavel e doutor de leis, lia, perante as testemunhas, o grande cartanário do "conjugio vobis" civil. Hoje, o caso é diferente.

A mocinha é brasileira? Pois meu caro patriota, o sr. Oliveira Salazar, como homenagem ao Presidente Juscelino e início das manifestações de respeito pela sua visita a Portugal, bem como para efetivar, mesmo antes de regulamentado, o "Tratado de Amizade e Consulta", acaba de baixar um decreto proibindo o casamento de portugueses residentes no Brasil com brasileiras. São como beijos de mãe ou negócio de pai pra filho.

No fundo, o sinistro ditador tem um ódio recalcado ao Brasil, ao país da liberdade que generosa e fraternalmente acolhe aqueles que aqui se radicaram para fugir à sua cruel tirania e à PIDE bandoleira. Qual amizade e consulta, ou qual carapuça?!

O que interessa são Escudos, que, com a rubrica dos invisíveis, e pelo preço da uva milona, lhe "equilibram" a balança de pagamentos, de "déficit" crônico. Nesse campo, o Brasil é uma mina, pois, quanto ao resto, nem ele sabe lá muito bem onde fica nem o que é internacionalmente.

Casar no Consulado de Portugal com uma brasileira?

"Não faltava mais nada. Vinham depois os entraves à educação dos filhos nos moldes hallas, lesionários e mais gradações da escala de educação da "mocidade portuguesa". E complicações de ordem de nacionalidade, além da pureza de sangue para carregar de alto mando. Casar com brasileira sem mais nem menos, é falta de patriotismo. Temos de defender a raça e a nacionalidade, além daqueles direitos que no Tratado de Amizade e Consulta me pareciam omisso". E, nessa ordem de idéias, o fradilhão botou o decreto proibitivo.

## SRA. DE HUMBERTO DELGADO

Já se encontra em São Paulo a esposa do ex-candidato da Oposição Democrática à Presidência da República Portuguesa, Na oportunidade, da sua chegada a Santos, a sra. de Humberto Delgado foi recebida por inúmeros portugueses, entre os quais se contavam diversas senhoras.

Deslocaram-se expressamente a Santos os srs. Comandante João Sarmento Pimentel, Cap. Francisco Sarmento Pimentel, eng. Ricca Gonçalves, Silverio C. Letra e J. Duarte Batista os quais representaram o "Centro Republicano Português", o jornal "Portugal Democrático" e o "Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão".

Estava também presente o sr. Joaquim Carvalho, presidente da Divisão de São Paulo da Associação "Humberto Delgado". Acompanhado pelos srs. com. João Sarmento Pimentel, cap. Francisco Sarmento Pimentel e eng. Ricca Gonçalves, o Sr. General Humberto Delgado e esposa, visitaram a praça de desembarque, algumas das praças de Santos, seguindo todos, depois, para São Paulo.

A sra. Humberto Delgado, apresenta este jornal os seus respeitosos cumprimentos, desejando-lhe uma estada tranquila no Brasil.

# O Cap. Almeida Santos assassinado pela P.I.D.E.

Na oportunidade em que as agências telegráficas divulgaram a notícia de que o "cap. Almeida Santos aparecera morto numa praia situada perto de Lisboa" (um mês antes, parece que a família recebera dele uma carta, datada de Paris), aos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro foi enviado o seguinte protesto:

"O COMITÉ DOS INTELLECTUAIS E ARTISTAS PORTUGUESES PRÓ-LIBERDADE DE EXPRES. SÃO" cumpre o inadiável dever de chamar a atenção para uma singular notícia que as agências transmitiram, com data de 2 de abril, segundo a qual as investigações para identificação de um cadáver aparecido numa praia, nas proximidades de Lisboa, permitem supor que se trata do cap. Almeida Santos, um dos militares implicados no movimento anti-salazarista de 12 de março de 1959, que fugira do presídio de Elvas em dezembro do ano findo.

Se o cadáver não é do cap. Almeida Santos e se propala officiosamente que o é, trata-se de uma manobra mais sinistra ainda, que visar a, através das reações verificadas entre os patriotas, ampliar mais a rede policial que procura estrangular a conspiração imensa contra o regime que Portugal é. De qualquer modo, na sua pungente e macabra realidade, esteja o cap. Almeida Santos morto ou em vésperas de ser feito desaparecer o seu cadáver autêntico, o caso constitui, pelo que significa de atentado contra as Forças Armadas, um acontecimento da máxima gravidade.

Exigindo do Exército Português os atos consentâneos com este crime, o Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses denuncia-o às Forças Armadas dos países que assinaram com o governo de Salazar tratados de amizade, aos governos de todos os países que mantêm com a ditadura salazarista relações que maculam as suas tradições liberais e as de Portugal, e conclama as consciências livres do mundo a manifestarem a sua repulsa por um regime que nem sequer tem a coragem de assumir a responsabilidade dos crimes que comete."

## O COMITÉ DOS INTELLECTUAIS E ARTISTAS PORTUGUESES PRÓ-LIBERDADE DE EXPRES. SÃO

(aa) João Sarmento Pimentel (oficial do Exército), Adolfo Casais Monteiro (escritor), Alfredo Pereira Gomes (professor universitário), Armindo Blanco (jornalista), Carlos Cruz (engenheiro), Carneiro Franco (ex-deputado), Fernando Correia da Silva (escritor), Fernando Lemos (pintor), Francisco Lopes (industrial), Francisco Sarmento Pimentel (oficial do Exército), João Alves das Neves (jornalista), Joaquim Ferrer (escritor), Jorge Fideleiro de Figueiredo (engenheiro), Maria Archer (escritora), Paulo de Castro (jornalista), Ricca Gonçalves (engenheiro), Santos Baleizão (engenheiro), Vitor Ramos (professor universitário), Toga Machado (ex-governador), Zaluar Nunes (professor universitário).

## PROTESTA O DEPUTADO MURILLO SOUSA REIS

Na Assembléa Legislativa de São Paulo, o deputado sr. Murilo de Sousa Reis, que noutras oportunidades se destacou já na defesa da Democracia Portuguesa, proferiu breve mas firme discurso, que reproduzimos tal como foi publicado no "Diário Oficial":

"Sr. presidente, Srs. deputados, felizmente vivemos num país democrático que nos permite usar da liberdade de expressão de pensamento, da liberdade de imprensa, enfim de todas as liberdades que tornam um cidadão livre e feliz. Temos a liberdade de censurar, de criticar, de dar sugestões e apresentar soluções aos governos, com o intuito de aperfeiçoar a máquina administrativa e desta forma lapidar o próprio regime para fazê-lo atingir mais a perfeição.

Enquanto evoluímos no gozo desta liberdade, enquanto crescemos e progredimos dentro de um

clima de paz e tranquilidade, o nosso país irmão é dominado por uma ditadura cruel, ditadura de Salazar, ditadura de ódios e violências, que vai semeando cadáveres e tolhendo e restringindo a inteligência de um povo que nasceu no berço da conquista, que desbravou os oceanos e apontou ao mundo o caminho das descobertas. Um povo inteligente, um povo capaz, um povo de luta e trabalho.

A ditadura nefasta de Salazar não permite que o cidadão use das liberdades que Deus lhe concedeu quando fez o homem à sua semelhança.

Em Portugal não há liberdades, o povo daquela pátria irmã não pode raciocinar, não pode ver, não pode caminhar porque todas essas faculdades pertencem à ditadura de Salazar. A sombra negra da PIDE caminha lado a lado com o cidadão



CAP. ALMEIDA SANTOS

português, controlando tudo, até o pensamento. Ela representa também a morte para aqueles que não digam amém ao endeusado Salazar. Vários jornais desta Capital, "A Hora" e o "Diário da Noite" trazem-nos a notícia de que mais uma vida tombou na luta pela conquista das liberdades, pela conquista da democracia.

.. Desta vez trata-se de um oficial do Exército, capitão Almeida Santos, que foi assassinado e despojado de todos os seus documentos, para não ser identificado, e enterrado numa praia próxima de Lisboa. Esse oficial encontrava-se preso por crime político (quer isto dizer que não participava da matilha ditatorial) e conseguiu fugir da prisão com outro prêsso político, alferes-médico Jacques valente. O capitão Almeida Santos tomou varado pelas balas assassinas da PIDE salazarista, da gestapo portuguesa.

Quando em agosto do ano transato passei por Lisboa, tive a oportunidade de conversar com vários líderes políticos que me narraram as histórias macabras da ditadura de Salazar e chegaram mesmo a afirmar que entre todas as doenças a que mais mata é a PIDE. É desta forma, Senhores deputados, que a ditadura governa em Portugal: silenciando a oposição com a PIDE, quer dizer com a morte. ... Sr. Presidente, pediria a V. Exa. autorização para encaminhar o restante do meu discurso à Taquigrafia, a fim de que seja publicado na íntegra.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido de V.Exa.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Prossigo, sr. Presidente.

Até quando? Rendo as minhas singelas homenagens nostumas ao capitão Almeida Santos com um voto de pesar; e quero dizer aos meus pares que o sangue deste soldado, derramado em holocausto à democracia, não será esquecido por aqueles que amam o regime democrático.

Eu conheço bem a missão e o sistema da Pide; por esta razão, solidarizo-me na dor com o novo livro de Portugal.

Era o que desejava dizer nesta oportunidade, sr. Presidente.



REVELAÇÕES DE ALVARO LINS...

(Conclusão da pag. 4)

dar asilo político junto à embaixada brasileira. O ministro Marcelo Matias (chanceler português) teve, em sua cadeira um movimento de sobressalto e surpresa, logo se dominando, porém. Negou que houvesse coação ou qualquer outro motivo para o General pedir asilo. E logo sublinhou que o governo português não reconhecia nem o motivo nem o direito de asilo. O embaixador Lins, conciliador, ainda procurou uma solução informal: "Senhor ministro, evitemos que o caso assumira as proporções a que está destinado a assumir. O General pode embarcar amanhã, pela Panair do Brasil, para o Rio de Janeiro, sem escândalo e sem sensacionalismo". O ministro português mantinha-se irredutível. O embaixador brasileiro procurou, então, encontrar junto do ministro razões que poderiam determinar a concessão, em caráter definitivo, do asilo político. Perguntou-lhe se houvesse ou havia qualquer dificuldade ou óbice para que o General se ausentasse normalmente do país. O ministro respondeu que nunca houve de parte do governo qualquer razão que impedisse o General de viajar para o estrangeiro. E Alvaro Lins, desejando colocar devidamente a questão: "Quer dizer que nada existe contra o General, que nada há contra a sua liberdade pessoal e que nenhuma ameaça pesa contra a sua integridade física?" O ministro retrucou que nada existia contra o General e que o caso Delgado, para o governo português, estava definitivamente encerrado. E Alvaro Lins, ainda procurando um acordo que lhe fugia das mãos pela intransigência da parte oposta: "Então, meu caro ministro, se nada existe contra ele, que impedirá que amanhã eu o leve ao avião da Panair e que ele embarque para o Rio?" O ministro antepôs-se com sua palavra, como que fechando todas as possibilidades de entendimento: "Embaixador, o governo português não dará a este assunto qualquer colaboração. O caso está encerrado". E Alvaro Lins, fazendo valer todo o peso de sua autoridade: "Então, ministro, o asilo está concedido e será mandado".

DAS RAZÕES DO ASILO

Informa Alvaro Lins em seu "diário" que resolveu conceder em definitivo o asilo ao General no momento em que percebeu que o chanceler português lhe havia mentido por duas vezes seguidas. Da primeira quando lhe afirmara que o General podia entrar no país, ou dele sair, que nenhuma dificuldade lhe seria criada. A verdade era outra: o General lhe exibira documentos que provavam haver sido ele impedido de ir ao estrangeiro, em duas oportunidades. Da segunda vez o ministro lhe mentira quando asseverava que o governo português encerrara o "affaire" Delgado. Bastava ler-se o comunicado do dia 7 de janeiro em que o General Delgado era como que degradado de suas funções no Exército para se tirar outra conclusão, uma vez que o próprio governo ali declarava ficar aquele militar sujeito, em breve, a responder a um processo perante tribunais de exceção.

POSIÇÃO VACILANTE DE NEGRÃO DE LIMA NO ITAMARATI

Assim que tomou conhecimento da questão diplomática, o Itamarati enviou comunicado à Embaixada do Brasil, dizendo que aprovava integralmente a posição do embaixador Alvaro Lins. Com o passar dos dias, o então chanceler Negrão de Lima começou a exibir para o embaixador português no Rio uma atitude conciliatória que comprometia a posição da nossa representação diplomática em Lisboa. Negrão de Lima dizia ao embaixador português no Rio que a solução do caso Delgado dependia exclusivamente do embaixador Alvaro Lins, que ele Negrão de Lima, estava disposto a uma solução imediata, de acordo com as fórmulas portuguesas, só não o fazendo até o momento devido ao embaixador brasileiro. Dava a entender, claramente, que ele, ministro, era transigente, e que intransigente era o embaixador em Lisboa. Com isso, a situação do nosso embaixador em Portugal se enfraquecia a olhos vistos. Alvaro Lins mandou repetidos telegramas ao sr. Negrão de Lima, narrando e reclamando contra o que se passava, inclusive os vexames e hostilidades a que vinha sendo submetida a Embaixada. Nenhum destes telegramas obteve qualquer providência do governo brasileiro. Durante os 98 dias de negociações, Alvaro Lins não foi uma só vez advertido pelo governo de nosso país, e o que é mais importante em tudo isto, não cometeu uma só falta diplomática que desse margem a que fosse considerado "persona non grata". Agiu estritamente dentro das normas diplomáticas. Para conseguir a sua remoção de Lisboa, as autoridades portuguesas tiveram que se valer da intriga e das conversas por trás dos bastidores, levando o governo brasileiro a uma capitulação vergonhosa. O embaixador Alvaro Lins elogia a atuação pessoal e o papel decisivo desempenhado pelo sr. João Dantas, diretor da "Organização Diário de Notícias", na solução do "affaire". Diz mais que, malgrado a posição dubia assumida pelo então chanceler Negrão de Lima no decurso das negociações, a vitória da Embaixada do Brasil em Portugal, portanto, a sua própria, foi total. O governo português concordou que o General Delgado assinasse e requeresse do interior da embaixada brasileira os papéis do seu passaporte. E mais: Delgado só saiu da embaixada brasileira para o aeroporto, onde tomou o avião que o transportou para o Brasil, em companhia de um Secretário representando o embaixador. Estas eram, precisamente, as duas condições únicas impostas por Alvaro Lins, desde o primeiro dia de negociações para caracterizar o asilo e resolver o caso com dignidade para o Brasil. O governo português deu muitas voltas para, afinal, aceitá-las. Isto se poderá documentar com a comparação entre os primeiros e os últimos telegramas do embaixador ao Itamarati, todos coerentes na exigência daquelas duas condições para a solução do caso de asilo.

AGRAVO AO PRÓPRIO BRASIL

Conta ainda o embaixador Alvaro Lins que os últimos dias de sua permanência em Lisboa foram marcados por sucessivos agravos à representação diplomática brasileira. A sede da nossa embaixada vivia constantemente cercada e vigiada por policiais, os telefones eram censurados, os seus e até os dos Secretários da Embaixada, não se permitia que o nome do nosso embaixador ou de qualquer um dos seus familiares, mesmo o da sua mulher, fosse sequer citado nas colunas sociais dos jornais. O nome de Alvaro Lins tornou-se um nome proibido em Portugal, mas diz ele, com bom humor, que em excelente companhia: a do Bispo do Porto. Tudo por culpa do sr. Negrão de Lima que se omitia, que deixava nitidamente claro ao governo português, por intermédio do seu embaixador no Rio, que Alvaro Lins não contava com a solidariedade nem com o apoio total do Itamarati. E com isto o sr. Negrão de Lima comprou o direito de ser bem recebido pela ditadura salazarista como seu sucessor em Lisboa, como sucessor, mas não como substituto, vale a pena acrescentar.

A defesa de Aquilino

Encontra-se já à venda o primeiro volume da COLEÇÃO PORTUGAL DEMOCRÁTICO, "QUANDO OS LÓBOS JULGAM", livro em que se reúnem os documentos de defesa e de acusação de AQUILINO RIBEIRO, no processo que o inquisidor moveu ao grande escritor português. Cada exemplar, Cr\$ 70,00. Pedidos à administração do not. jornal (Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2, Caixa Postal 4469, São Paulo, Brasil).

"OS ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUES"

A administração de PORTUGAL DEMOCRÁTICO satisfaz quaisquer pedidos que lhe sejam enviados do livro da escritora portuguesa Maria Archer, "OS ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUES". Cada volume, Cr\$ 200,00 (encadernado Cr\$ 300,00). Como informações oportunamente, trata-se de uma obra do maior interesse para quantos desejem conhecer como decorrem os julgamentos políticos no "paraíso" de Salazar. Pedidos à Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2, Caixa Postal, 4469, São Paulo, Brasil.

EM FRANÇA

LUTA PELA ANISTIA

Tomaz Ferreira Rato

Realizou-se no dia 12 de abril passado, no Palácio da Mutualidade, em Paris, um comício Pró-Anistia para os presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal. Das "Resoluções" adotadas, cujos textos foram entregues nas Embaixadas franquista e salazarista, em Paris, destacamos uma saudação calorosa às vítimas da repressão em Espanha e Portugal e a exigência de anistia para todos os prisioneiros e exilados políticos das duas nações ibéricas.

Foi esta iniciativa dos democratas de Paris, em que se evidencia a solidariedade de luta do povo francês com os povos de Espanha e Portugal, que sugeriu ao sr. Tomaz Ferreira Rato, nosso representante na França, o artigo que a seguir publicamos:

É a primeira vez que, em França, se fala, verdadeiramente, num comício, sobre Portugal salazarista e a situação dos prisioneiros políticos e dos exilados. Este comício da "Mutualidade" marca, efectivamente, um passo em frente na atitude dos progressistas franceses em relação à situação política em Portugal. Porém, devo dizê-lo, francamente, que sendo, embora, um fato bastante positivo, não representa ainda quase nada em relação ao que se poderia e deveria fazer.

A situação da Espanha foi apresentada, com muita justiça, e com a acuidade necessária, e era, em princípio, segundo infiro, o objectivo principal da conferência. Mas, nos últimos tempos, em vários países, quando se tem falado da Espanha franquista, já não se tem esquecido o Portugal Salazarista e, sob este aspecto, o congresso Sul-Americano, realizado em S. Paulo, é o exemplo mais edificante, o facto histórico mais em evidência e mais positivo que se tem produzido, no exterior, sobre a situação política em Portugal. Aos nossos queridos amigos franceses este fato não lhes podia passar despercebido, como de fato não passou.

O problema da situação espanhola é na verdade angustioso e merece ser tratado instantaneamente, com todo o carinho, mas, actualmente, não devemos já separar os casos: espanhóis e portugueses devem marchar unidos para a libertação de suas pátrias, e a solidariedade internacional deve ser comum a estes dois países para que em ambos se instaure a liberdade e a Democracia.

O carácter brutal e deshumano da ditadura fascista de Salazar nunca é posto em paralelo com os dos outros carrascos como Franco, Hitler e Mussolini. Não se vê em Salazar, um dos principais assassinos da jovem República Espanhola, aquele monstro hediondo, como todos os monstros geradores dos mais repugnantes crimes contra a humanidade. Mas, na verdade ele é, na actualidade, um desses monstros.

Não nos esqueçamos que em Portugal foi urdida a conspiração contra a Republica Espanhola e que, depois, as fronteiras portuguesas ficaram abertas para todas as manobras e fornecimentos aos fascistas espanhóis; que tropas regulares portuguesas e brigadas de voluntários constituídas pelo próprio governo, foram enviadas a combater ao lado de Franco; que os republicanos espanhóis refugiados em Portugal eram entregues criminosamente a Franco para serem fuzilados. E não podemos esquecer a chacina monstruosa da praça de touros de Badajoz.

Já antes, quando da revolução das Astúrias, os refugiados Espanhóis foram encarcerados e maltratados pela gestapo Salazarista e a maior parte entregue à reacção que então governava já em Espanha.

É a seguir à eclosão da contra-revolução que Salazar envia os primeiros prisioneiros políticos para o campo de concentração do Tarrafal, onde tantos deviam morrer, sem assistência médica, de onde os carrascos esperavam que poucos regressariam com vida. Salazar é tão criminoso como Hitler e Mussolini, Franco ou Batista. Hitler e Mussolini projectaram mais os seus crimes para além das suas fronteiras mas Salazar e todos os outros colaboraram nas suas monstruosidades, apoiando os seus monstruosos crimes.

A ditadura fascista de Salazar é a mais antiga hoje, no mundo. A sua existência constitui um perigo para a paz. Franco e Salazar têm de ser condenados na mesma me-

COLABORAÇÃO ESPANHOLA

DISCIPLINA INTERNACIONAL

EDUARDO ORTEGA y GASSET

O escritor Eduardo Ortega y Gasset, que da Venezuela preside ao Movimento Internacional "Libertad para España", manda-nos o primeiro artigo de uma colaboração que desejamos venha a ampliar-se. Grande combatente da Democracia, o dr. E. Ortega y Gasset esteve recentemente em São Paulo, onde participou nos trabalhos da 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos Espanhóis e Portugueses.

Em nossa época de tecnicismo, tão afastada da verdadeira ciência que mais parece a do chomo faber construtor de instrumentos e não a do chomo sapiens, aspirante a sábio, acontece que alguns conceitos jurídicos essenciais se confundem. Isso acontece com o de "ordem pública internacional" e suas implicações de soberania e intervenção de uns estados nos assuntos internos dos outros.

A propósito da acção contra a tirania de Trujillo, em São Domingos, levantou-se uma polvorosa de confusões. A "não-intervenção" nos assuntos internos do Estado passou a não ser considerada com critério sensato mas a modo de alguma coisa sagrada e equiparada aos assuntos religiosos. Todavia, há que virar e revirar esses conceitos para melhor os analisar.

A doutrina em que assenta a denúncia do Chanceler venezuelano, perante a O. N. U., é irrefutável. O princípio básico do direito universal, novo na sua aplicação mas já captado por Francisco Victoria, é o da ordem pública internacional. Examinou-o o dominicano e professor salamantino na sua "Relação XII" ao legitimar a acção de um Estado contra a selvageria e a tirania.

A determinação deste princípio está descrita quando ele assinala a paralelismo com a "ordem pública interna". A nossa elevada civilização impõe o respeito dos imperativos direitos humanos. Quando um País carece das básicas liberdades de pensamento, de imprensa, de sufrágio, da inviolabilidade do domicilio, o tirano que lhe arrebatou essas facilidades inerentes à dignidade do homem está perturbando a ordem pública internacional e violando a disciplina das nações.

O individuo também é soberano. Mas se pratica atos qualificados como delitos perturba a ordem pública interna e destrói a sua própria soberania. O Juiz pode entrar no seu domicilio, privá-lo da liberdade, condená-lo a penas de prisão ou até mesmo de morte.

A interpretação conceptual que consagra a impunidade dos crimes dos tiranos — sendo o maior de todos privar individuos da sua cidadania — e admite a possibilidade de serem deixados à vontade durante anos, é absurda e talvez até pernicioso para o progresso da humanidade. A frase sabida de que a liberdade deve ser conquistada pelos povos, é uma petulante impiedade com que se reduzem os vencidos à impotência.

Por exemplo, observemos o que se passou na guerra civil espanhola. Uma preparada miopia cumplice permitiu que intervissem em Espanha os exércitos de Hitler e Mussolini. Quando o povo espanhol, cuja sacrificada resistência foi um dos factores que contribuíram para a victoria aliada, ficou submetido e acorrentado; quando um Estado policial ficou provido de 300.000 guardas de segurança, de um exército de meio milhão de soldados, de 350.000 agentes da policia secreta, além da policia normal, impossibilitando o menor movimento numa Nação sangrada por um milhão de mortos, e paralizada pelo terror — é um sarcasmo cruel dizer-lhe: "Se não conquistares a liberdade é porque a não mereces."

São dois carrascos ligados pelo mesmo destino. Pelo mundo fora, existem milhares de portugueses emigrados porque não podem viver na sua pátria, muitos por motivos económicos, mas outros por razões políticas. A anistia em Espanha como em Portugal é uma luta justa e é profunda porque, no momento presente, como disse André Tourné, "LUTAR PELA ANISTIA, É LUTAR PELO TRIUNFO DA LIBERDADE EM TODA A PARTE".

Porque todos os homens, mesmigo direito à liberdade e à cultura que não sejam heróis, têm tura.

Há já muitos anos que, em frente das armas modernas, as barricadas resultam inoperantes. Ah! Não se esqueça o exemplo de José Ortiz e dos seus colonos de Argel. Para esses nem as armas foram necessárias. Foram expulsos pela própria pestilência.

Quando à Alemanha hitleriana faltou o senso da convivência, e ainda como nos tempos em que lutou com Cézar, os seus homens bebiam vinho no cranlo dos inimigos. Na época da tempestade hitleriana a Europa e a América viram-se forçadas a aliar-se para impor a ordem pública internacional ao esquifronico e eloquente Adolfo. Correram rios de sangue e, numa madrugada, a tragédia terminou entre os escombros fumegantes da Chancelaria de Berlim. Dentro de um saco de pano embebido de petróleo ardia o cadáver de Hitler anti-semita e anti-humano.

As organizações internacionais devem servir para impedir toda e qualquer intervenção injusta, mas também para intervir, elas mesmas, como fator de disciplina que imponha a ordem pública internacional. Temos que evitar o odioso espectáculo dos povos atrozados continuamente escravizados sem ele nem amparo. Chegaram os tempos em que, por se ter tornado impossível a guerra, hoje considerada um crime de ordem cósmica, há que substituir a antiga ordem bélica pelo direito internacional, como reclamou Carl Jaspers.

Por isso mesmo, a responsabilidade das organizações universais como a O. N. U., ou interamericanas, como a O. E. A., é enorme. Cumpre-lhes responder aos transcendentes deveres e finalidades para que foram criadas.

Donativos para o "Portugal Democrático"

A administração do jornal "Portugal Democrático" são, por vezes, remetidas por generosos anónimos importâncias diversas que se destinam ao custeio das despesas que temos de fazer para continuarmos nossa luta contra o fascismo de Salazar. Pessoa que não se identificou, depositou recentemente a importância de Cr\$ 10.000,00 na conta de "Portugal Democrático", no Banco Mercantil de São Paulo S. A.

Também do Porto nos chegou às mãos a quantia de 4.000,00 cruzeiros.

A todos os que colaboram neste movimento de unidade anti-salazarista, que "Portugal Democrático" hoje mais do que nunca simboliza, os nossos agradecimentos.

"O SÉCULO" FASCISTA

Em editorial que intitulou "Muito pode o ódio", o jornal "O Século", de Lisboa, ataca violentamente os "portugueses renegados" que no Brasil e noutros países, "por seus atos e palavras há muito se tornaram indignos do nome de portugueses".

Quando ao que nos respeita, não temos que responder, sequer, ao indigno órgão do sr. Pereira da Rosa. O "Diário da Manhã" e a "Voz" não falam de modo diferente, como jornais que são da "união nacional" fascista. Queremos tão somente reproduzir mais uma frase de "O Século", para que os nossos leitores vejam a seriedade de posta pelo jornal lisboeta na informação correta: Diz-se, a certa altura, no referido editorial, que o presidente Juscelino e o seu governo "não consentiram, no Brasil, uma Conferência dos Exilados Espanhóis e Portugueses".



# UNIDADE ATUANTE

Impresso, está circulando profusamente um documento, que reproduzimos, a fim de que todos os leitores de PORTUGAL DEMOCRÁTICO possam ver quanto é pertinente e desejada no coração dos portugueses a unidade atuante de todos os opositores ao regime descrionário de Salazar. Declara-se no referido documento, que tem a forma de uma circular endereçada aos Democratas, o seguinte:

"No dia 15 de Novembro transacto realizou-se em Braga um almoço de homenagem ao Dr. Victor de Sá, devotado paladino da cultura popular e prestigioso democrata daquele distrito. Espírito esclarecido, tolerante e conciliador, características a que soube sempre aliar uma acção prática justa e eficaz, tornou possível que à sua volta se reunissem mais de 500 cidadãos representativos dos meios opositores de quase todo o país. A larga representação, o ambiente de mútua compreensão e o entusiasmo que ali se verificaram, fizeram desta reunião, sem dúvida, um passo importante para o futuro da Democracia em Portugal.

Através das significativas mensagens recebidas e das variadíssimas intervenções dos oradores, um voto foi claramente formulado que permite sintetizar o pensamento da generalidade dos cidadãos ali reunidos:

— Necessidade de congruar numa unidade actante todos os cidadãos que se opõem à política do Governo de Salazar;

Propósito legal e patriótico de utilizar todos os meios constitucionais para estabelecer as bases de um Governo de larga representação nacional, capaz de realizar um programa democrático;

Nesse sentido foi entusiástica e unanimemente aprovada a seguinte moção, apresentada em nome dos democratas de Lisboa ali presentes, Dr. Maria Isabel de Aboim Inglês, Dr. Arlindo Vicente, Dr. Câmara Reis, Dr. Acácio de Gouveia, Eng. António Abreu, Dr. José Ribeiro dos Santos, Dr. Manuel Sertório, Pintor Nikias Skapinakis, Dr. Piteira Santos e Dr. Mário Soares:

"Considerando que a proibição de agrupamento políticos agindo com independência do actual governo, nos tem feito chegar às vésperas das grandes campanhas eleitorais sem a preparação adequada — problemas deficientemente estudados, recenseamentos incompletíssimos e não controlados, fraqueza ou inexistência de comissões eleitorais de base, dificuldades de última hora na elaboração de listas, etc.

Propomos que os presentes dêem a sua aprovação e contribuição prática à realização dos seguintes trabalhos preparatórios da intervenção na próxima campanha de eleição dos deputados, que terá lugar em 1961:

1.0 — Formação imediata em todos os círculos eleitorais de equipas de cidadãos que se proponham a futuros candidatos a deputados;

2.0 — Estudo, junto dos futuros eleitores, dos problemas locais e regionais — culturais, sociais, económicos — que possam conduzir a uma formulação justa e oportuna das aspirações das várias camadas do povo português;

3.0 — Preparação activa dos próximos recenseamentos eleitorais de modo a assegurar-lhes a amplitude que estão longe ainda de ter atingido, e a prova segura de que todos os possíveis eleitores, proponentes ou candidatos com direito a voto, se encontram recenseados;

4.0 — Esclarecimento dos direitos e deveres dos cidadãos eleitores que lhes permitam assegurar na altura própria a fiscalização dos actos eleitorais, o que até hoje não tem sido conseguido, senão em escala reduzidíssima;

5.0 — Imediata divulgação pública dos objetivos e meios de acção aqui propostos, cuja legalidade tem de ser reconhecida por si próprios e deve ser defendida intransigentemente;

6.0 — Promoção de uma ampla homenagem ao antigo Ministro do Governo Provisório da República, Dr. António Luis Gomes, a realizar na cidade do Porto e na histórica data de 31 de Janeiro, na qual deverão estar presentes as diversas comissões dos futuros candidatos, já formadas, para poderem estabelecer uma linha comum de acção eleitoral."

Correspondendo ao espírito e objectivos desta moção e atendendo a que vão iniciar-se em Janeiro os

trabalhos de recenseamento eleitoral — da maior importância para a futura acção opositora — propõem-se desde já os signatários dar os passos necessários para a efectivação das resoluções apontadas no que respeita ao distrito de Lisboa.

Os signatários manifestam a sua convicção profunda de que, acima de tudo e antes de mais — importa pôr de lado tudo quanto possa dividir-nos, e esquecer possíveis motivos de melindre pessoal ou político originados no passado, acabar de uma vez para sempre com as discriminações entre opositores — factores que, mantendo-nos afastados uns dos outros e a todos da acção de cidadania que se impõe, tem sido a causa determinante da sobrevivência decrépita de um Governo que não corresponde aos anseios gerais da Nação.

Desde o mais modesto camponês ou operário que vem lutando pela dignificação de um nível de vida a que tem direito, passando por aqueles exemplos de sincero cristianismo dados por alguns sacerdotes que sofreram e sofrem as consequências da repressão política, até alguns dos mais ilustres expoentes da cultura nacional, como Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão, Vieira de Almeida, António Sérgio e tantos outros — são milhares e milhares de cidadãos que têm motivos e motivos, imantados em iguais sofrimentos e anseios, para se tornarem os obreiros bem unidos de um Portugal democrático e progressivo.

Por isso é cada vez maior, perante a história dos nossos dias, a responsabilidade daqueles que, porventura, e embora discordando da triste situação a que todos estamos sujeitos, não se decidam a colaborar leal e eficazmente, num programa de acção que se impõe como condição prévia à realização da Democracia.

É com os olhos postos nestes princípios e objetivos bem definidos, alheios a considerações de partido, crença ou classe, — e certos de que não poderão obter o êxito necessário senão na medida em que puderem contar com a colaboração e ajuda de todos os correligionários — que os signatários se vos dirigem solicitando a V. c. c. e convidando, para a fazer parte da Comissão Distrital de Lisboa, que urge constituir.

**POR UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO LISBOA, Dezembro de 1959**

- Adelino Cardoso (Jornalista), Afonso Barros (Estudante), Alberto Ferreira (Licenciado em H. Filosóficas), Alexandre Cabral (Escritor), Alexandre Silva Carvalho (Estudante), Alfredo Pedro d'Almeida (major), Alfredo Portela Santos (estudante), Alice Jorge (pintora), Alvaro Guimarães Dias (estudante), Alvaro Salema (escritor), Alves Redol (escritor), Amândio Dias Camelo (agente comercial), António Ricardo dos Santos (Malveira), António Abreu (engenheiro), António Alcada Padez (advogado), António Areosa Feio (engenheiro), António Carvalho (emp. escritório), António Costa Vilela (estudante), António Domingues (pintor), António de Sousa de Almeida (comerciante), António Viana Martins (estudante), António Carvalho (engenheiro), António Correia de Carvalho (comerciante), Agostinho de Sá Vieira (advogado), Adriano de Carvalho (jornalista), Antunes da Silva (escritor-Amadora), Arlindo Vicente (advogado), Arnaldo Graça (médico), Artur Pereira Alves (comerciante), Ary de Oliveira Braga (emp. escritório), Augusto Abelaira (escritor), Augusto Casimiro (capitão-escritor), Carlos Vasco Ferreira Miranda (estudante), Casimira da Conceição Silva Martins, Castro Soro-menho (escritor), Cesina Bermudes (médica), David Bernardino (médico), Demétrio Gonçalves Duarte (comerciante), Emilio Camões Lima (emp. escritório), Eurico de Carvalho (estudante), Elisabete Santos, Fernando Mayer Garção (advogado), Fernando Namora (médico-escritor), Francisco Ferreira Bento (construtor civil), Francisco José Carvalho Afonso (industrial), Francisco José do Vale Cardoso (jornalista), Francisco Viana (gravador), Gaspar Ferreira (estudante), Guilherme de Almeida (alfalaite), Guilherme Rubim (engenheiro-Queluz), Gabriela Duarte, Henrique Martins (engenheiro), Hélio

- Vieira Quartim (desenhador), Hermínio Flora Bento (comerciante), Jaime Cortesão Casimiro (emp. escritório), Jaime Moreira (estudante), João Barreira (prof. escritor), João Dias Agudo (professor), João Pedro Pulido Valente Monjardino (estudante), João Pulido Valente (médico), João da Silva (escultor), João Vicente Paulo Costa (estudante), Joaquim Angelo Caldeira Rodrigues (engenheiro), Jorge Avis dos Santos (estudante), José Alberto Rafael (agente comercial), João Alves Falcato (estudante), João Pedro dos Santos (antigo Arsenalista), José Prudêncio (escritor), José Magalhães Vieira (tipógrafo), José Augusto Seabra (estudante), José Cardoso Pires (escritor), José Carlos Pinto Gonçalves (advogado), José Cutileiro (escritor), José Flora Inácio Bento (comerciante), José Manuel Andrea Santos (estudante), José Mendonça (estudante), José Paradelo de Oliveira (advogado), José Santa-Rita (arquitecto) Júlio Pomar (pintor), Leão Penedo (escritor), Lígia Dias Lourenço, Lídia Larbarreres da Silva, Lídia da Fonseca (escritora), Luiz Bernardino (estudante), Luiz Blanqui Teixeira (coronel), Luiz Campos Costa, Luiz Eugénio Ferreira (industrial-Vila Franca), Luiz Henrique Cordeiro (capitão), Luiz Madeira (estudante), Luiz Norte (industrial), Manuel Arrovo Barreira (arquitecto), Manuel da Fonseca (escritor), Manuel João da Palma Carlos (advogado), Manuel Portugal Mendes (farmacêutico), Manuel Albedrinha (jornalista), Manuela Brotas Carvalho (eng.), Marzariá Moreado Rubim, Maria Amélia Alcada Padez (professora), Maria Fernanda Saraiva Costa (estudante), Maria Helena Blanqui Teixeira (engenheira), Maria Helena Ferreira Chaves (médica), Maria Isabel d'Abaim Inglês (professora), Maria José Martens Rodrigues, Maria Rita Rolão Preto, Marciana Mesquita, Maria José Duarte, Maria Catarina Duarte, Maria de Lurdes Leandro Prudêncio, Mário Ferreira (advogado), Mário Henrique Leiria (pintor), Mário Jorge Bruxelas (arquitecto), Natália Correia (escritora), Nuno Pereira (estudante), Nuno Rodrigues dos Santos (advogado), Teófilo Duarte Orlando Costa (escritor), Pedro Paulo de Faria (estudante), Pedro da Silveira (escritor), Rogério de Freitas (escritor), Rogério Paulo (actor), Ricardo Aires de Sousa (emp. escritório), Teófilo Duarte Urbano Tavares Rodrigues (escritor), Vasco Grania, Vasco Pereira da Conceição (escultor), Victor Branco (farmacêutico), Victor Palla (arquitecto).

# A CARENCIA DE DIVISAS EM ANGOLA

O panorama económico deste mundo em que vivemos criou uma determinante que classificáramos de paradoxal se não se revestisse de um aspecto tão positivo para a Humanidade — a obrigatoriedade de progresso como condição de sobrevivência.

Esta transformação de um factor até há pouco facultativo à vontade dos homens, em necessidade que se exprime actualmente obrigatória em taxas de crescimento, deriva que toda a problemática económica deva ser tratada à luz do grande dogma moderno — o progresso.

Os entraves surgem, porém, a cada passo, criando dificuldades, entorpecendo os ânimos e dando, muitas vezes, origem a graves prejuízos ou retrocessos.

Eis por que nos mereceu particular atenção o artigo inserto no último número do interessante boletim que os banqueiros "Pinto de Magalhães, Ltda." editam mensalmente, e em que é passado em revista o grave problema de transferência da divisas da província de Angola.

Esta caracteriza-se por grave carência da divisas no Fundo Cambial de Angola, de tal ordem que provoca o abandono, por parte de muitas firmas, com apreciáveis quantias congeladas nas suas exportações para esta província, de tão importante mercado para a economia metropolitana.

Verifica-se assim que a ideia de concretização de uma unidade económica nacional sofre de impedimentos que a põe em causa, apesar da alta relevância de que se reveste.

A propósito desse mesmo problema, o magnífico relatório da Associação Industrial Portuguesa acentua: "Estão a perder-se anos e anos de esforços acumulados na penetração dos mercados angolanos pelas produções da Metrópole, em benefício exclusivo de interesses estrangeiros — e são posições que dificilmente virão a reconquistar-se".

Vejam, de forma mais pormenorizada, e de acordo com a inteligente análise que é feita na quele boletim, a situação do problema.

Esta manifesta-se por um sucessivo agravamento da balança de pagamentos cujas causas devem

ser procuradas no elevado montante da saída de invisíveis, e na diferença entre o valor das mercadorias exportadas e a entrada de divisas correspondentes a essas exportações. O valor das exportações nos anos de 1956, 1957 e 1958 totalizou 10.333 milhares de contos, enquanto que as divisas entradas, referentes à exportação, nesse mesmo período se resumiu a 8.643 milhares de contos. O volume de invisíveis saídos em 1956, 1957 e 1958 ascendem de 713 milhares de contos para 895 e 1.007 milhares de contos, ao passo que diminuíram, nos mesmos anos, os invisíveis entrados, respectivamente de 270 para 211 e 153 milhares de contos.

Os elementos disponíveis para a interpretação do escoamento de divisas através da rubrica "Invisíveis" não permite situar as origens de tão elevado quantitativo que, como se sabe, não se pode situar nas "Transferências de particulares e funcionários públicos".

Em contrapartida melhorou sensivelmente a situação da balança comercial, que quase duplicou, de 1955 a 1958, a exportação em toneladas o que permitiu colmatar a brecha de uma desvalorização em preço, de 56%, dos produtos produzidos naquela província.

Deste desajustamento entre o esforço económico desenvolvido nos últimos anos e a situação da balança de pagamentos deriva a impropriedade daquele e o risco de estagnação pelas dificuldades em se socorrer dos mercados estrangeiros de bens de produção.

Na verdade, como se anota com inteira justeza no artigo a que vimos fazendo referência, "é óbvio que, se as divisas resultantes das exportações sofrem uma sangria de quase um terço do seu total que se esvai para o exterior sob a forma de "Invisíveis", essas divisas não-de minguar fatalmente, para ocorrer às justas reclamações dos exportadores metropolitanos, quando pretendem que se lhes paguem as mercadorias enviadas para esta nossa província. E faz-se triagem dos exportadores metropolitanos porque efectivamente os exportadores de origem estrangeira têm tido prioridade de pagamento porque não suportariam tais delongas".

"Assim é, pois os saldos em dívida para pagamento das exportações da metrópole têm vindo a avolumar-se de ano para ano", passam de 773 milhões de contos em 1956 para 841 em 1957 e 794 em 1958.

Pode, portanto afirmar-se com a propriedade que resulta da análise objetiva dos factos que não só está em causa a unidade económica nacional, como ainda o desenvolvimento económico da importante província de Angola, com os inevitáveis reflexos na economia metropolitana.

Revestem-se, deste modo, da maior relevância as medidas que o autor do citado artigo preconiza e que transcrevemos:

"O problema da transferência de divisas de Angola poderá encontrar uma solução rápida dentro do quadro institucional de que dispõe aquela nossa província ultramarina, desde que:

- a) Disponha de uma informação factual pormenorizada que abranja a totalidade dos casos;
- b) Construa as bases de uma política financeira austera e fiscalizadora contra excepções que se não justificam em momentos de dificuldades, e «controle» os movimentos anómalos e especulativos das divisas, dominando os seus efeitos;
- c) Tome medidas que possibilitem um ritmo normal para as transacções económicas;
- d) Dê aos capitais que procuram investimento naquela província ultramarina equidade de tratamento". (De "República", de Lisboa)

"QUANDO OS LOBOS JULGAM" é o primeiro volume da "Coleção Portugal Democrático" e nele se divulga a acusação e a defesa de Aquilino Ribeiro no "Julgamento" que Salazar prepara contra o grande escritor português. Cada volume, Cr\$ 70,00. Pedidos à administração de Portugal Democrático."

# CORRESPONDENCIA

J. M. B. Niassalândia — Muito gratos pelas excelentes informações que nos prestou, quer sobre Angola, quer acerca de Moçambique, vamos aproveitá-las devidamente. Continue, assim como os seus amigos, pois todas as notícias nunca são demais e temos todo o interesse em confrontar as que nos chegam de várias partes.

Cunha de Leiradella, Rio de Janeiro — O seu artigo vai ser publicado, mas na altura em que lhe respondemos não garantimos que apareça no n.º de maio. Continue a enviar-nos colaboração que com muito interesse a divulgaremos. E mande-nos, é evidente, listas de novos assinantes, propague o mais que puder o nosso jornal e, sobretudo, mande para os seus amigos de Portugal e de outras regiões o maior número possível.

José Francisco Teixeira, Rio de Janeiro — Como vê, damos nesta edição o relevo merecido à notícia que nos enviou e que nos chegara também, de resto, por outras fontes. Não deixe de colaborar, seja qual for o processo escolhido: este de nos mandar informações e bem assim o de divulgar intensamente o nosso "Portugal Democrático".

Fernando Temudo Soares, Porto Alegre — O seu artigo, de muito interesse, será publicado. Mas o espaço de que dispomos é sempre escasso e não sabemos se o seu trabalho será incluído nesta edição. Vá mandando outros artigos e não deixe de ser um propagandista deste órgão da Oposição contra o fascismo e o crime. ....

António Gonçalves Pires, São Paulo — É sinceramente que agradecemos os seus cumprimentos e, sobretudo, o trabalho que para o nosso jornal preparou. Mas não o publicaremos e honestamente lhe dizemos porquê: o te-

ma é delicado e poderia levantar controvérsias que, neste momento, temos de evitar, em nome da unidade. Essa é a razão. E já que conhece o nosso jornal, sabendo que é pela unidade contra Salazar que nos batemos, mande-nos outros artigos que com satisfação os publicaremos, desde que se integrem nos princípios democráticos que defendemos.

Rodrigues, Toronto (Canadá) — Recebemos o seu recorte, que agradecemos. E com dedicacões como a sua que reforçamos a grande barreira contra o fascismo. Propague, sim, o nosso jornal e mantenha os melhores contactos com os nossos bravos amigos do comité Democrático Português do Canadá. Escreva sempre — e mande notícias como a desta vez. Estamos-lhe muito gratos.

B. S., Rio de Janeiro — O seu artigo era excelente e com gosto o divulgaríamos se não tratasse excessivamente das atividades de um fascista... Mas parece-lhe que deveremos ocupar as páginas do nosso jornal com esse salazarista imbecil? Esperamos que compreenda a razão que, neste caso, nos assiste. Lamentamos não publicar o seu trabalho, sobretudo porque sabemos que, há longos anos, tem sido um ótimo combatente anti-fascista. Mas escreva sobre problemas concretos e não pessoais: e, por isso, esperamos as suas notícias muito em breve.

M. A. S. O., Juiz de Fora — Em resposta à sua amável carta, informamo-lo que não recebemos a anterior a que se refere. Querirá ter a amabilidade de nos mandar outra? Publicá-las-emos, é claro, tanto mais que deseja prestar um esclarecimento. Aproveitamos a oportunidade para agradecer todos os excelentes trabalhos que nos tem prestado e esse é o motivo por que lhe pedimos que continue a oferecer-nos colaboração.



# OS PORTUGUESES ESPALHADOS PELO MUNDO NA BATALHA CONTRA SALAZAR

(Dos correspondentes especiais de "Portugal Democrático")

## PORTUGAL

### A "JUNTA MILITAR PATRIÓTICA" INCITA A REBELIAO

LISBOA — Depois da enérgica tomada de posição "em defesa da ordem", no incidente provocado por meia dúzia de notórios fascistas contra a representação de Maria Delia Costa, explicações não menos insolitas foram dadas noutro sector, a propósito dos últimos acontecimentos em Angola. O governo de Salazar pretende que nada houve — e, na realidade, a população metropolitana não sabe o que se passou, pois os jornais censurados limitaram-se a publicar os "esclarecimentos", ao mesmo tempo que a vigilância é cada vez mais severa nos correios de ou para o Ultramar. Tudo em paz. Seja. Um dia pediremos contas aos fascistas pela paz que impuseram a Angola e Moçambique. Vamos a ver se não será irremediavelmente tarde.

Entretanto, conforme anunciamos no último número de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, prepara-se o julgamento dos 45 católicos que escreveram há meses ao ditador. Entre outras coisas, são acusados de "divulgação de notícias falsas e tendenciosas", de "ofensas ao bom nome de Portugal no estrangeiro", de "abuso de liberdade de imprensa por terem dado implicitamente autorização para a publicação da carta" e — como não podia deixar de ser! — de "cumplicidade consciente ou inconsciente com o Partido Comunista Português".

### "LANCETAR O ABCESSO, PROCLAMAR A VERDADE!"

Um interessante documento está circulando por todo o país. Vamos transcrever-lo na íntegra e sem comentários:

#### "Senhores Oficiais Gerais

Camaradas:

A situação em que se encontram as Forças Armadas é paradoxal. São elas o único estivo do regime a que preside o Doutor Oliveira Salazar e de que o Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomas, escandalosamente elevado ao exercício da suprema magistratura do Estado, e o simbiose sem força e sem prestigio. Com a eleição de Sua Excelência, oficial apagado da Marinha de Guerra, signatário pusilânime duma declaração de neutralidade quando da revolução de Fevereiro de 1927, cumplice do Ministro Ortins de Betencourt em todas as tropelias nas promoções e na administração da Armada, protector reconhecido do falecido Bernardino Correia, comparsa de Henrique Tenreiro, de Soares da Fonseca, do Visconde de Botelho e de Jacques Lacerda em todas as negociações, agravou-se seriamente o Exército.

Mas, — é necessário reconhecê-lo — a crise política e administrativa provocada pelo acto eleitoral e pela agitação conexa, ofereceu às Forças Armadas, embora com sacrifício dum general distinto e do marechal Craveiro Lopes, Chefe prestigioso e respeitado, a oportunidade de libertarem-se do Ministro Santos Costa, e ver ascender ao mais alto cargo governamental militar o Sr. general Júlio Botelho Moniz. A este se deve o início duma "operação de saneamento" que todos nós considerávamos urgente e da maior importância. Tendo sido chamado a coadjuvar Sua Excelência, o Sr. tenente-coronel Costa Gomes, oficial sabedor, honesto e enérgico, as Forças Armadas acreditaram que algo se ia passar e esperaram.

Seria ingratitude e injustiça não reconhecer o desassombro e a competência com que o problema da reorganização do Exército e dos seus órgãos centrais foi enfrentado. O País ficou a saber que após 22 anos de governo, primeiro como subsecretário, depois como ministro, do hoje brigadeiro Santos Costa, reinava na secretaria da Defesa e do Ministério do Exército, a arbitrariedade, a injustiça e o caos. Reconhecemos que muitos indesejáveis foram afastados dos seus postos, que muitos militares honrados foram chamados a funções de comando ou a lugares de responsabilidade. Reconhecemos que nos quartéis e nas secretarias principiou a existir um novo ambiente. Reconhecemos que se deram alguns passos importantíssimos.

Mas factos recentes, inesperados e incompreensíveis, como a nomeação para o irrelevante comando da Guarda Fiscal do sr. General Leonel Costa Lopes e a transferência brutal para Elvas dos oficiais detidos na Trafaria, causaram um justificado alarme. No primeiro caso, e quando se esperava que fosse atribuído ao Sr. general Costa Lopes, oficial distinto, sabedor e experiente, um comando ou uma função que correspondessem aos seus reconhecidos méritos (e falava-se no Governo Militar de Lisboa, no comando da 4.ª Região Militar ou na Inspeção Superior do Exército) verifica-se o afastamento de um dos Generais de mais prestigio, para o comando de uma corporação estranha à própria vida militar e afecta a outro ministério. No segundo caso, a Oficiais presos sem culpa formada há mais de seis meses que foram sujeitos ao vexame de serem confrontados na Pide com civis aos quais tinham sido extorquidas confissões, que foram presos em virtude das declarações não provadas desses civis, substituíram um regime de detenção afrontoso mas humano por um regime prisional de fortaleza agravado com o afastamento das famílias, com a quasi impossibilidade de receberem visitas. Estes dois factos provocam graves apreensões e justificada agitação.

Por outro lado, o problema político subsiste. O Sr. general Botelho



A outra face dos bairros operários...

Moniz, apesar de ter prometido que agiria de modo a afastar o Presidente do Conselho, aos oficiais que sabia estarem em contacto com o Sr. marechal Craveiro Lopes; apesar de ter assumido esse compromisso perante delegados da Junta Militar do 12 de Março; apesar de ainda recentemente ter reafirmado o seu propósito de honrar as Forças Armadas e desligá-las da responsabilidade política de constituírem a única base em que o regime totalitário e Anti-Cristão se apoia, parece hesitar, receoso de não ver à sua volta aquela unanimidade, aquele geral apoio a que realmente terá jus quem expulsar do governo o vaidoso e caquético ditador. O Sr. general Botelho Moniz deixa-se enlevar em intrigas e parece muito sensível aos argumentos dos que só pensam nos mais vis interesses e na própria comodidade.

É necessário termos a consciência de que a situação nacional se agrava.

A vida da população piorou nos últimos meses. O custo de vida aumentou. Há gêneros alimentares que escasseiam. No horizonte acastelam-se núvens negras: Guiné, Angola, Timor, Índia.

Em vez de uma política nacional de austeridade, de disciplina, de ordem no trabalho e de justiça social, vemos proliferarem os tubarões, crescer o número de filiados no "Club dos 100 ao mês", agravar-se o clima de corrupção e de negociações. O Ministro da Presidência discursa com escândalo no banquete do Hotel Ritz, cuja inauguração com um baile com bilhetes a 1.500\$00 para os homens e 1.000\$00 para as senhoras, dá uma ideia da vida faustosa e dissipada. Os nababos que nos governam. No baile do Hotel Ritz, a senhora de Queiroz Pereira apresentou-se com um vestido, um modelo Dior, que custou 70 contos. É esta "ordem" que os militares protegem e defendem.

Henrique Tenreiro — almirante bacalhau, o monopolizador de representação governamental nos or-

ganismos de pesca — feito comodoro da armada em detrimento de distintos marinheiros, um dos quais, enquanto Tenreiro navegava de Grémio para Grémio, servia em missão na Índia. O Ministro da Economia anuncia sob a capa de melifluo tecnicismo, a protecção aos "trusts" e aos grandes industriais. O Secretário do Comércio vende despachos e deturpa o significado das negociações da Suécia, o Subsecretário da Indústria já vendia despachos quando pertencia ao gabinete do Dr. Ulisses Cortês, o Ministro Ultramar, Lopes Alves, faz negócios e o venal e batoteiro diretor do Banco de Fomento corre de país em país a pedir a esmola dum financiamento substancial, habilitado para esse gênero de pedinchas pela prática que arranhou de pedir emprégo por ter muitos filhos.

Prova-se que o ex-Ministro Santos Costa tinha relações muito estranhas com o desqualificado Coronel Romão; sabe-se que das acusações que lhe foram feitas algumas são verdadeiras; diz-se que o armamento fornecido para o Ultramar português durante o governo do ex-Ministro no valor de 200.000 contos não vale 100.000. E ninguém entende sem se sentir desmoralizado, que esse homem não seja punido e que se consinta aos generais Frederico Vilar, Valente de Carvalho e Luis de Pina que continuam onde podem e sempre que podem a fazer o elogio pessoal do grande cabo de guerra Santos

Costa, "muito apto" na classificação final do curso, apesar de toda a gente saber que não foi o melhor aluno.

E tudo isto se passa porque há receio de lancetar o abcesso e proclamar a verdade.

As Forças Armadas precisam de estar à altura das suas responsabilidades morais.

Há que fazer sentir aos Senhores Gerais que a sua ação tarda e que a sua própria segurança periga.

Há que fazer sentir aos Senhores Gerais que é chegado o momento em que se não pode adiar uma intervenção corajosa de alto sentido patriótico.

A não ser que

A BEM DAS FORÇAS ARMADAS A BEM DA NAÇÃO

a palavra tenha que ser tomada pelos oficiais mais novos que não querem receber galões ou estrelas por favor político.

A Junta Militar Patriótica do G.M.L.

### SITUAÇÃO MELINDROSA EM CABO VERDE

Num dos seus últimos números, a revista "Seara Nova" transcreveu de um jornal lisboeta as seguintes e expressivas declarações proferidas na Assembléa Nacional pelo "deputado" Duarte Silva:

"Dessa falta de chuva, este ano quase absoluto, resultam dois males: a escassez de mantimentos, que, com algum sacrifício, será suprida pela importação, e, o que é mais grave, a paralisação dos trabalhos agrícolas, que significa o desemprego de alguns milhares de indivíduos.

Sem quaisquer reservas ou economias a que possam recorrer, esses indivíduos vêm-se de repente condenados a morrer à fome se não lançam mão da única solução que se lhes oferece: o contrato para S. Tomé. Essa solução, bem compreensível, pois não representa senão

uma manifestação da lei da luta pela existência, está longe, porém, de ser a que mais convém aos interesses da provincia.

Emigrando em massa esses indivíduos, que vão contratados por três anos, farão falta no próximo ano, quando vierem as chuvas tão desejadas. E, em segundo lugar, deixam atrás de si muitas pessoas de família, os velhos, os inválidos e as crianças, que não são contratados, e a quem nada poderão remeter pois os baixos salários tal não permitem, e que terão por isso de ser sustentados pela Assistência Pública".

## ANGOLA

### A PAX DITATORIAL E A ECONOMIA DESTRUIDA

LUANDA — Sem ter tomado conhecimento do artigo do "New York Times", a população de Luanda foi surpreendida com a divulgação de um extenso comunicado do ministério da Defesa, no qual se dizia, entre outras coisas, que se tratou de "uma manifestação mais de insidia organizada contra a paz e soberania dos territórios portugueses do Ultramar, onde os perturbadores profissionais estrangeiros estão interessados em fomentar agitações e campanhas de descrédito, ao que parece".

Os srs. da chamada defesa nacional não sabem exatamente, mas ao que parece... Pois continuam lançando as culpas sobre os "perturbadores profissionais estrangeiros" e quem, no fim, terá de pagar a conta teremos de ser nós, brancos e negros de Angola. A nota oficial só há que dizer que a paz salazariana tentando iludir a opinião pública portuguesa dos fenómenos que estão sendo observados nesta Provincia, é simplesmente criminosa.

Se não, para concluir vejamos outra face da medana — que é a economia angolana. Em artigo que publicou no jornal "A Provincia de Angola" sobre "Balões de Oxigenio" o sr. Reis Ventura declara, por exemplo, que "nao e com uma ligeira redução de direitos aduaneiros em mercadorias que exportamos, que o nosso mercado se abrirá aos produtos dos outros seis países. E como, no mundo de hoje, o comércio nao pode expandir-se num sentido unico, tambem as nossas exportações nao poderao expandir-se como convinha. Consequentemente, tanto o povo da Metropole quanto nos, os do Ultramar, continuaremos a pagar por alto preço a sobrevivencia de um pequeno numero de senhores, que nao sabem viver sem a protecção de cómodas e altas barreiras pautais". Como facilmente se deduz, o articulista refere-se ao acordo de Estocolmo assinado por sete países europeus, entre os quais Portugal, nao escondendo o seu receio pelas consequências, pois o mais provavel é que "apenas servirá para enriquecer ainda mais os ricos, a custa das dificuldades dos pobres, e para agravar o isolamento economico de Portugal". Não poderia ser-se mais claro!

## VENEZUELA

### PORTUGAL NA RADIO DE CARACAS

CARACAS — A JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA da Venezuela está transmitindo em onda curta programas especialmente destinados a Portugal, através dos microfones da RADIO CONTINENTE, de Caracas, a mais potente emissora venezuelana.

As transmissões são feitas durante o programa "Polemica y Convivencia" dos partidos da Coligação Governamental.

Num dos últimos programas, foi salientada a figura do grande democrata, professor Ruy Luiz Gomes.

Durante as transmissões é sempre apresentado extenso noticiário sobre a luta dos democratas portugueses em todo o mundo contra o regime fascista de Salazar.

## FRANÇA

### LUTA PELA ANISTIA

PARIS — Um grupo de 700 intelectuais, operários e estudantes universitários franceses e de portugueses radicados na França, subscreveu o seguinte abaixo assinado, dirigido ao Presidente da "Assembléa Nacional" de Lisboa e entregue na Embaixada de Portugal em Paris:

"Os abaixo-assinados, cidadãos franceses e portugueses residentes na França, dirigem-se a V.S. para exprimir sua inquietação pelo grave aumento da repressão política em Portugal desde as eleições presidenciais de 1958. Em virtude da tradicional amizade unindo os nossos dois Povos e seu comum amor pela Liberdade, pedimos a V.S. que promova uma urgente intervenção da Assembléa Nacional a favor de uma anistia que permitirá a pacificação da vida portuguesa.

Exprimimos tambem nosso pesar pela supressão das liberdades e dos direitos sindicais, supressão que é a origem das condições de vida extremamente difíceis de que são testemunhas os trabalhadores portugueses que procuram a França para poderem viver.

Confiando na vossa favoravel atenção a este abaixo-assinado crebno no nosso profundo respeito."

## Publicações recebidas

A nossa Redação chegaram os últimos números do jornal "Espania Republicana", de Buenos Aires; de "Democracia Española", de São Paulo; de "Free Goa", de Bombaim; e "Ecos de Portugal", de Buenos Aires. Este último, que insere variações do noticiário sobre Portugal, tem publicado ultimamente inúmeras informações extraídas de "Portugal Democrático".

Com todas estas publicações, e bem assim com quaisquer outras que nos sejam enviadas, estabeleceremos permuta.

## PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Diretor-Responsável  
Otávio Martins de Moura

### CONSELHO DE REDAÇÃO

João Alves das Neves, Fernando Lemos, Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Henrique Pereira Santo, Jorge de Sena, Paulo de Castro, Victor Ramos.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa

### LETRA

### REPRESENTANTES

### RIO DE JANEIRO

### SUCURSAL:

Rua Alexandre Mackenzie 12, sala 10 — Telefone: 43-5110  
Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas  
PORTALEZA: dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu 832 — Fortaleza — Ceará  
JUÍZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro 334 — Juiz de Fora (M.G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 300 — sala 304 — Caixa Postal 24, Belo Horizonte (M.G.)

PORTO ALEGRE: Luis Firmiano de Vilhena — Caixa Postal 413 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: M. Queiroz — 34, Beche Road — Cambridge — England

CANADÁ: Fernando Ciriaco da Cunha — 14, Bellevue Ave, Toronto — Ontario — Canadá  
FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts, Paris, 6. me

VENEZUELA: Dr. Jorge Silveira, Apartado Correos 3826, Candelária — Caracas

ARGENTINA: Jorge António — R. General Hornos n.º 1.000 — Caseros — Provincia de Buenos Aires

### REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

### EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas.  
Sábados: das 15 às 18 horas.  
Número avulso: 5,00 cr.  
Assinatura especial: 100,00 cr.  
Ass. para o Exterior: \$ 3,00 U.S.

Ano IV N.º 36 Maio de 1960

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por consequente de sua exclusiva responsabilidade.